

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS PAC - 2021



Cooperativa de Prestação de Serviços
Públicos de Distribuição de Energia Elétrica
Senador Esteves Júnior

1 – Informações Societárias

- 1.1 – Relatório da Administração Societário;
- 1.2 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Societárias;
- 1.3 – Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Societárias.

2 – Informações Regulatórias

- 2.1 – Relatório da Administração Regulatório;
- 2.2 – Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Notas Conciliatórias Regulatórias;
- 2.3 – Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias.

1 – INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS **2021**

1.1 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO 2021

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos o relatório das principais atividades realizadas no exercício 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societária elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais são considerados de suma importância para divulgar o desempenho da Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Junior – CEREJ para a sociedade, parceiros e consumidores.

Mensagem do Presidente

O ano de 2021 apresentou-se desafiador para todos, especialmente em virtude da pandemia da COVID-19 e da crise financeira estabelecida em nosso país.

Mesmo assim a CEREJ superou todas as dificuldades, trabalhando incessantemente, demonstrando no encerramento do exercício o balanço positivo, não somente financeiro, mas representando e refletindo todo o empenho e fruto de suas ações de compromisso com a sociedade.

Nossa equipe mais uma vez comprovou sua excelência e comprometimento junto aos consumidores e associados das comunidades atendidas.

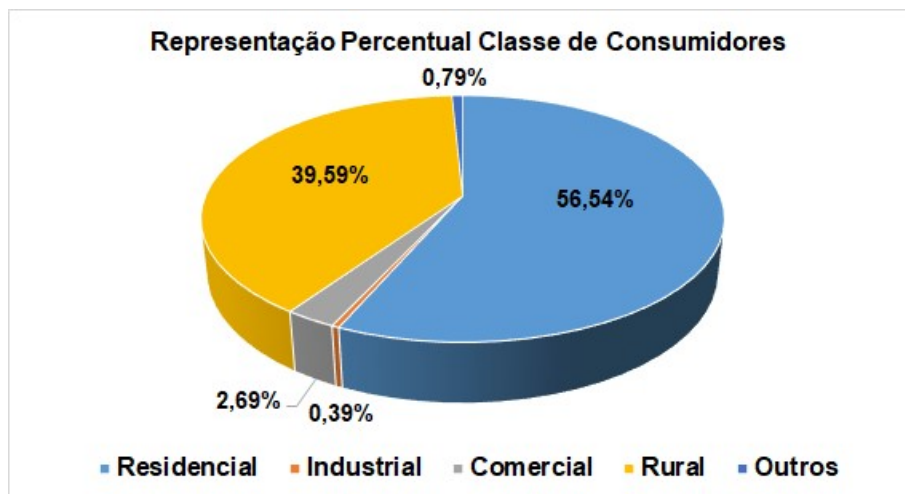
Distribuição

A CEREJ está autorizada para atuar em 15 municípios, dos 295 que compõem o estado de Santa Catarina, abrangendo como área de concessão 1.680,60 km², e vem prestando seus serviços às comunidades atendidas há mais de 50 anos

Para o bom desempenho, qualidade e agilidade no atendimento, conta com uma central de atendimento na sede do município de Biguaçu e ainda com 05 bases distribuídas nos municípios de Águas Mornas, Angelina, Leoberto Leal, Major Gercino e Nova Trento.

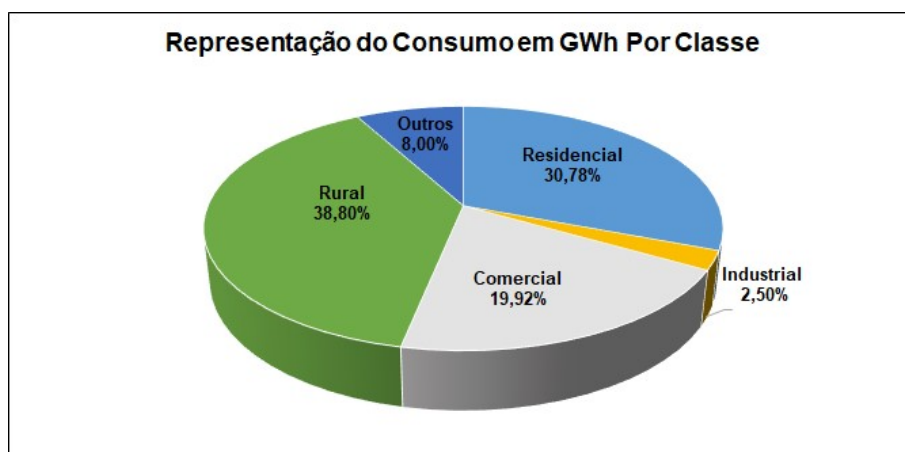
Número de Consumidores Atendidos

Classe	Quantidade		Variação	
	2021	2020	Quantidade	Percentual
Residencial	8.498	7.991	507	6,34%
Industrial	59	63	-4	-6,35%
Comercial	404	397	7	1,76%
Rural	5.950	5.967	-17	-0,28%
Outros	119	115	4	3,48%
Total	15.030	14.533	497	3,42%



Mercado Atendido

Classe	2021		2020		Variação
	%	Quantidade	%	Quantidade	
Residencial	30,78%	15,768	29,52%	15,122	5,19%
Industrial	2,50%	1,280	2,65%	1,355	-7,81%
Comercial	19,92%	10,205	18,42%	9,436	11,01%
Rural	38,80%	19,872	39,98%	20,478	-3,39%
Outros	8,00%	4,095	7,62%	3,901	6,97%
Total	100,00%	51,219	98,19%	50,292	2,26%

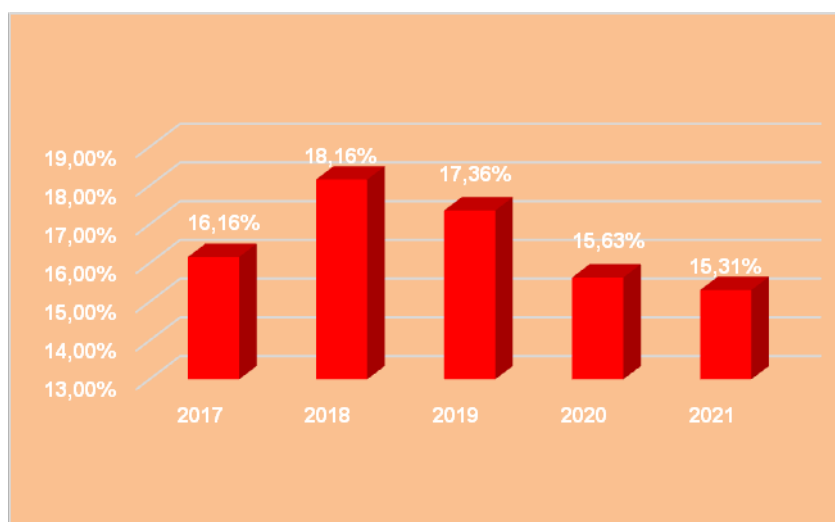


Balço Energético – Em GWh

Descrição	2021		2020		Variação
	%	Quantidade	%	Quantidade	
[+] Energia Elétrica Adquirida CELESC	98,33%	58,41	97,69%	56,63	3,14%
[+] Energia Elétrica Adquirida PROINFA	1,67%	0,99	2,31%	1,34	-26,12%
[=] Total de Energia Elétrica Adquirida	100,00%	59,40	100,00%	57,97	2,47%
[-] Energia Elétrica Distribuída	84,69%	50,31	84,37%	48,91	2,86%
[=] Perdas na Distribuição	15,31%	9,09	15,63%	9,06	0,35%

No ano de 2021 as Perdas na Distribuição de Energia apresentaram um aumento de 0,35 pontos percentuais se comparadas ao mesmo período de 2020.

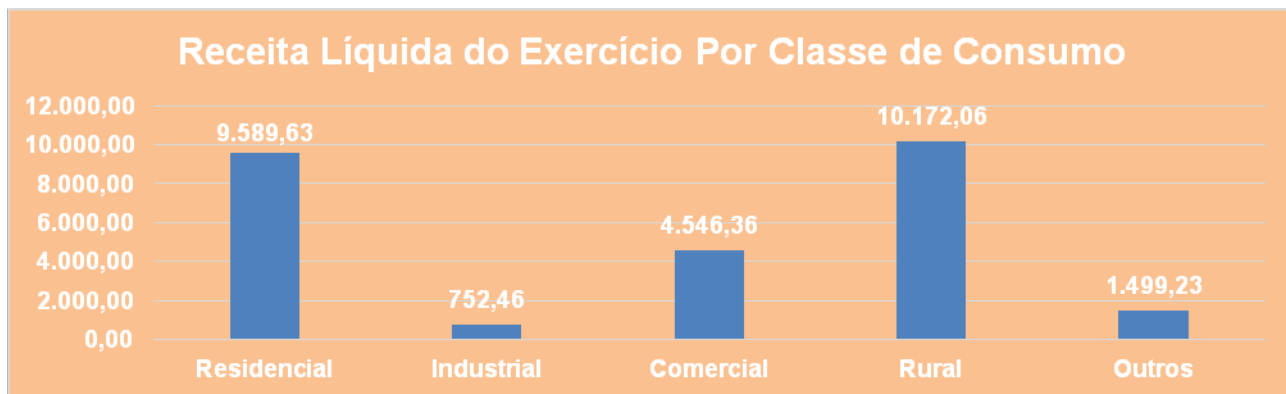
Perda na Distribuição de Energia dos Últimos 5 Anos



Receita

A receita decorrente do fornecimento de Energia Elétrica no Exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 26,5 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	2021		2020		Variação
	%	R\$	%	R\$	
Residencial	36,11%	9.589,63	35,80%	8.591,65	11,62%
Industrial	2,83%	752,46	3,03%	728,08	3,35%
Comercial	17,12%	4.546,36	17,44%	4.184,92	8,64%
Rural	38,30%	10.172,06	38,39%	9.213,57	10,40%
Outros	5,64%	1.499,23	5,33%	1.280,30	17,10%
Total	100,00%	26.559,73	100,00%	23.998,51	10,67%



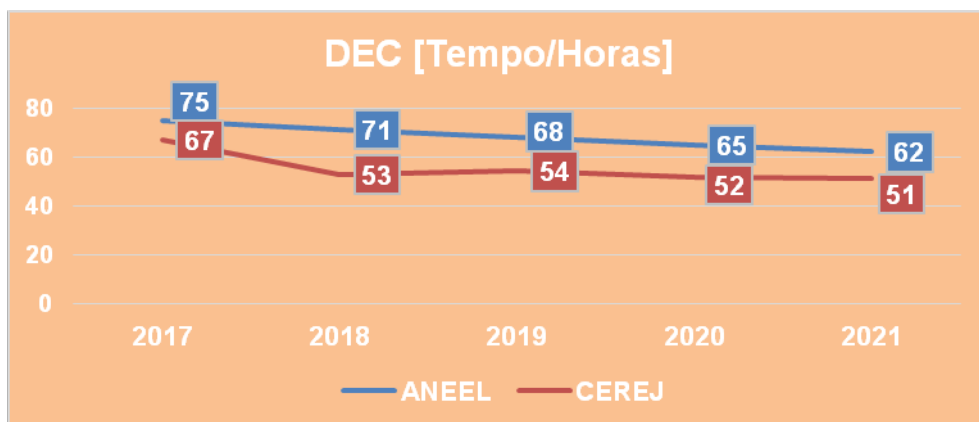
Tarifas

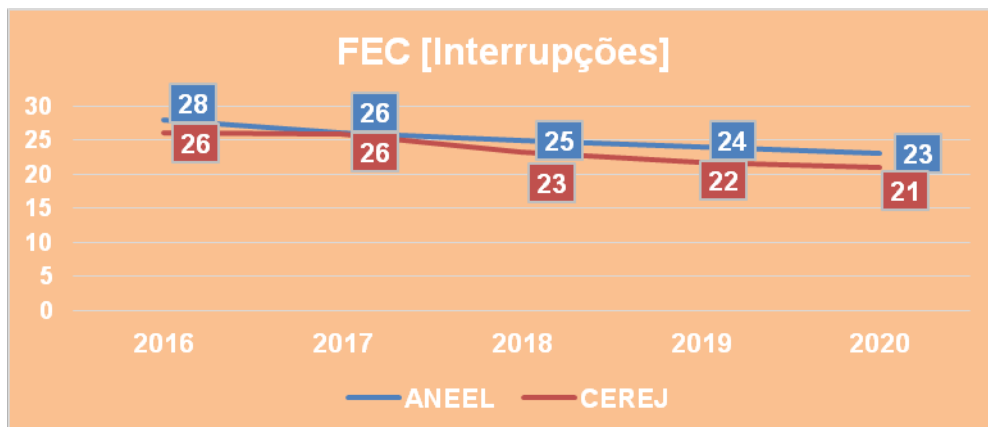
A tarifa média de fornecimento de energia Elétrica em 2021 atingiu o valor de R\$ 503,93, um aumento de 8,45% em relação ao ano de 2020.

Classe	2021	2020	Variação
Residencial	608,18	568,16	7,04%
Industrial	588,00	537,33	9,43%
Comercial	445,51	443,51	0,45%
Rural	511,88	449,93	13,77%
Outros	366,09	328,19	11,55%
Tarifa Média	503,93	465,42	8,45%

Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor, e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor. A evolução desses indicadores esta apresentada nos gráficos abaixo:





Atendimento ao Consumidor

A CEREJ não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios de sua área de permissão se encontram atendidos.

Tecnologia da Informação

A administração da CEREJ se considera adequadamente atenta as tecnologias de informação no que se refere a qualidade de serviços aos seus consumidores e ao cumprimento de exigências do órgão regulador ANEEL.

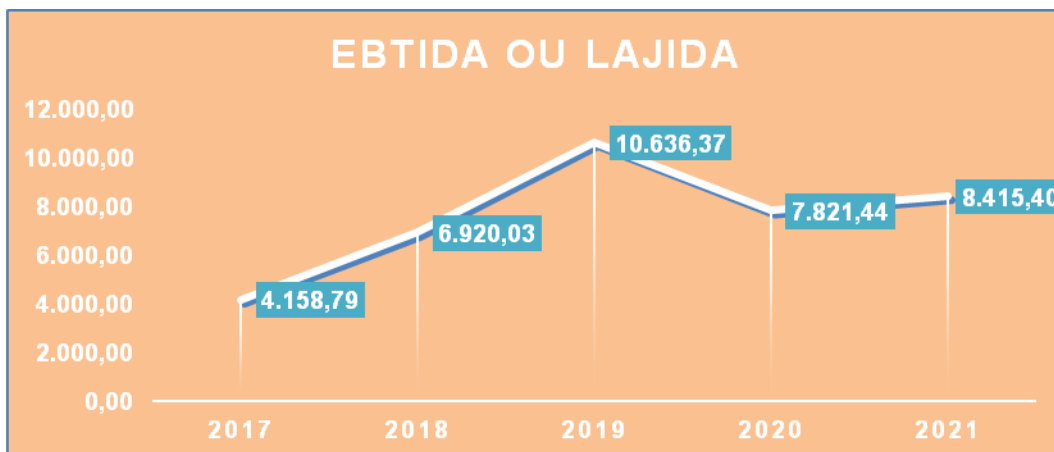
A CEREJ mantém uma página na rede mundial de computadores (www.cerej.com.br), com o objetivo de modernizar o acesso a informação por parte de seus associados, consumidores e demais interessados. Estão disponíveis no referido endereço, informações corporativas e de interesse geral.

Desempenho Econômico-financeiro

Evolução do Desempenho			Valores em R\$ mil
Resultado Líquido 2021	Resultado Líquido 2020	Variação	
R\$ 6.869,51	R\$ 4.778,79	43,75%	
Receita Operacional Líquida 2021	Receita Operacional Líquida 2020	Variação	
R\$ 38.346,18	R\$ 31.986,74	19,88%	
Custos Gerenciáveis 2021	Custos Gerenciáveis 2020	Variação	
R\$ 26.037,50	R\$ 23.110,34	12,67%	
Patrimônio Líquido 2021	Patrimônio Líquido 2020	Variação	
R\$ 45.773,56	R\$ 43.257,17	5,82%	

Em 2021, o EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 8.415,40, superior em 7,59% ao ano de 2020, redução provocada principalmente pela queda do resultado operacional, conforme demonstração abaixo:

Reconciliação do Resultado Operacional	2021	2020	Varição
Resultado Operacional	5.608,67	4.778,79	17,37%
[+/-] Resultado Financeiro	762,19	1.379,53	-44,75%
[+] Depreciação e Amortização	2.044,54	1.663,12	22,93%
EBITDA	8.415,40	7.821,44	7,59%



Investimentos

Em 2021, os investimentos da CEREJ foram de vital importância para a confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e respostas rápidas as ocorrências nas redes elétricas e atingiram R\$ 9,648 (R\$/mil).

Composição do Sistema de Distribuição						Comparativo 2021 x 2017
Item	2017	2018	2019	2020	2021	
Redes de Distribuição - Projeção em Solo [Km]	2.212,08	2.571,36	2.948,64	3.157,87	3.306,63	1.094,55
Varição %	---	16,24%	14,67%	7,10%	4,71%	49,48%
Postes [Unidades]	16.548	21.058	22.827	24.128	25.018	8.470
Varição %	---	27,25%	8,40%	5,70%	3,69%	51,18%
Transformadores [Unidades]	2.427	2.499	2.574	2.624	2.695	268
Varição %	---	2,97%	3,00%	1,94%	2,71%	11,04%
Potência Instalada em Transformadores [kVA]	49.154	50.499	52.641	54.261	58.215	9.062
Varição %	---	2,74%	4,24%	3,08%	7,29%	18,44%

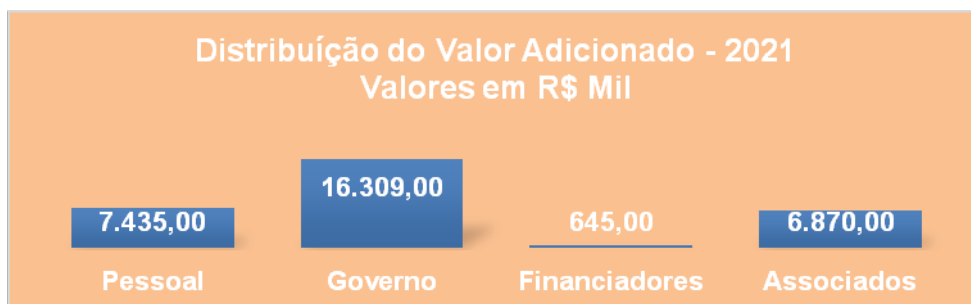
Captação de Recursos

Os investimentos de 2021 foram realizados exclusivamente com recursos próprios.

Valor Adicionado

Em 2021, o valor adicionado gerado como riqueza pela CEREJ foi de R\$ 31.259,00 (R\$/mil), representando 51,31% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

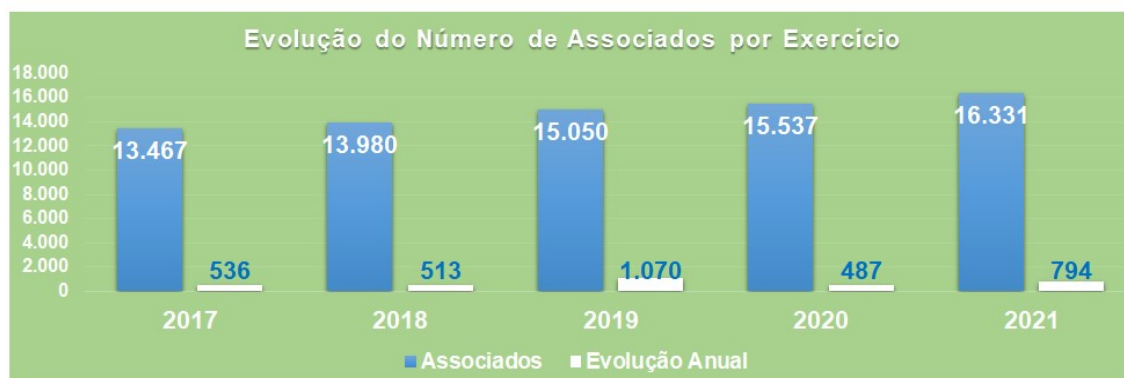
Distribuição	Valor	Participação
Pessoal	7.435,00	23,79%
Governo	16.309,00	52,17%
Financiadores	645,00	2,06%
Associados	6.870,00	21,98%
Total	31.259,00	100,00%



Composição do Capital Social: O capital social é representado por 840.381 quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 estavam representadas por 819.428 quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

Evolução do Número de Associados

Item	Ano					Comparativo 2021 x 2017
	2017	2018	2019	2020	2021	
Associados	13.467	13.980	15.050	15.537	16.331	2.864
Evolução Anual	536	513	1.070	487	794	
Evolução %	4,15%	3,81%	7,65%	3,24%	5,11%	21,27%



Número de Associados Por Município

Município	Quantidade de Associados	Representação Percentual
Biguaçu	3.512	21,51%
Águas Mornas	2.089	12,79%
Antônio Carlos	1.357	8,31%
Angelina	1.270	7,78%
Leoberto Leal	1.121	6,86%
Nova Trento	1.079	6,61%
São Pedro de Alcântara	1.051	6,44%
Major Gercino	1.038	6,36%
Rancho Queimado	1.017	6,23%
Palhoça	907	5,55%
Tijucas	822	5,03%
Governador Celso Ramos	596	3,65%
Santo Amaro da Imperatriz	269	1,65%
Canelinha	158	0,97%
São José	45	0,28%
Total	16.331	100,00%

Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 16.331 associados em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 eram 15.537 associados.

Relação Com O Mercado

A CEREJ busca manter seus colaboradores atualizados, incentivando sua participação em seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos e comerciais, fazendo com que estes se aprimorem no conhecimento do setor elétrico e cooperativista.

A missão da CEREJ é atuar de forma cooperativa no mercado de energia, serviços, segmentos de infraestrutura e afins, promovendo a satisfação dos associados, clientes e colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A CEREJ pretende ser referência entre as cooperativas do ramo, reconhecida pela qualidade dos serviços e desempenho alcançado. A CEREJ busca os seguintes valores:

- Satisfação dos associados, clientes, colaboradores e fornecedores;
- Confiabilidade junto àquelas com as quais a empresa se relaciona;
- Qualidade nos processos e resultados;
- Ética transparência e profissionalismo;
- Responsabilidade social e ambiental e;
- Segurança e qualidade de vida;

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a CEREJ vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela qualidade total: Em 2021 as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios da Cooperativa.

Recursos Humanos: Em 2021 a CEREJ investiu em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus funcionários. Colaborou financeiramente no ensino superior através de recursos do SESCOOP.

Proporcionou ainda para todos os seus colaboradores: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

Responsabilidade Social: Cada vez mais, a CEREJ vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programadas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

CEREJ em números

Atendimento	2021	2020	Variação
Número de Consumidores	15.030	14.552	3,28%
Número de Empregados	114	105	8,57%
Número de Consumidores por Funcionário	132	139	-5,04%
Número de Diretores	16	16	0,00%
Número de Municípios Atendidos	15	15	0,00%
Número de Postos de Atendimento	5	5	0,00%

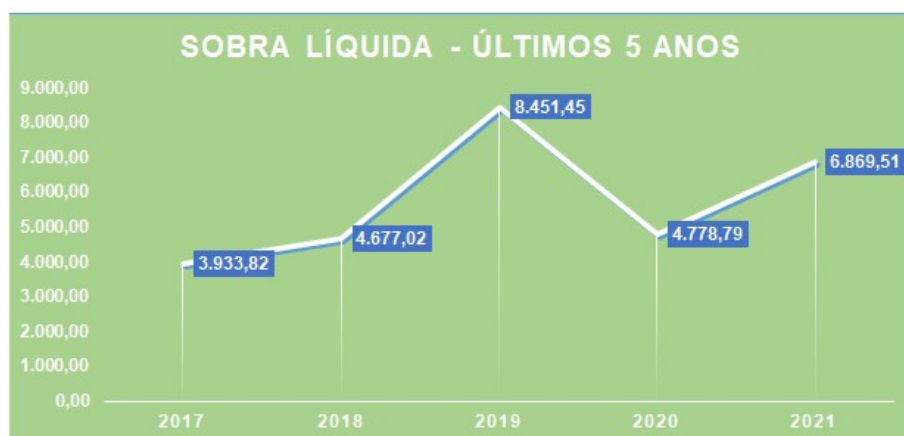
Mercado	2021	2020	Variação
---------	------	------	----------

Área de Concessão [Km ²]	1.680,6	1.680,6	0,00%
Geração Própria [GWh]	-	-	0,00%
Tarifa Média Fornecimento [R\$ por MWh]	503,93	465,42	8,27%

Lucro (Sobra) Líquida dos Últimos 5 Anos

Exercício	Valor	Percentual
2017	3.933,82	22%
2018	4.677,02	19%
2019	8.451,45	25%
2020	4.778,79	15%
2021	6.869,51	15%

Obs.: % Com base na ROL



Agradecimentos

Com resultados obtidos, a administração da CEREJ agradece a todos, principalmente aos seus associados e consumidores, que são a razão da nossa existência, da nossa manutenção a frente dos negócios da cooperativa e que ajudam a fazer dela um motivo de orgulho para todos os municípios atendidos.

Agradecemos também as entidades de classe das quais a CEREJ participa: FECOERUSC, OCESC, SESCOOP e INFRACOOP. Demonstramos ainda nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho dos colaboradores que sempre estiveram a postos no cumprimento do seu dever.

Agradecemos ainda a todos os conselheiros que participaram ativamente das decisões importantes para a cooperativa e comunidade.

E finalmente agradecemos as diversas superintendências da ANEEL com as quais mantivemos harmoniosos e esclarecedores contatos.

Biguaçu/SC, 31 de dezembro de 2021.

A Administração

1.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS 2021

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Balço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2021	2020
<u>Circulante</u>		14.810	11.509
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	3.554	1.958
Consumidores	7	6.973	5.939
Impostos e Contribuições Sociais	8	988	823
Estoques	9	302	279
Ativos Regulatórios	10	1.189	556
Despesas Pagas Antecipadamente	11	7	8
Outros Créditos	12	1.797	1.946
<u>Não Circulante</u>		43.917	43.613
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		12.950	20.859
Ativo Indenizável (Permissão)	13	12.946	20.841
Impostos e Contribuições Sociais	8	-	9
Depósitos Judiciais e Cauções	14	4	9
Investimentos	15	6	6
Intangível	16	30.961	22.748
TOTAL DO ATIVO		58.727	55.122
PASSIVO	NE	2021	2020
<u>Circulante</u>		10.772	6.585
Fornecedores	17	3.227	725
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	43	28
Impostos e Contribuições Sociais	19	940	812
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	20	1.460	1.440
Encargos do Consumidor a Recolher	21	311	983
Passivos Regulatórios	10	1.648	843
Outras Contas a Pagar	22	3.143	1.754
<u>Não Circulante</u>		2.182	5.280
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	87	7
Impostos e Contribuições Sociais	19	853	2.756
Provisão para Litígios	23	1.242	2.140
Outras Contas a Pagar	22	-	377
<u>Patrimônio Líquido</u>	24	45.773	43.257
Capital Social		840	819
Reserva de Capital		4	4
Reservas de Sobras		39.738	36.512
Reservas de Lucros		2.027	4.727
Sobras ou Perdas Acumuladas		3.164	1.195
TOTAL DO PASSIVO		58.727	55.122

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração das Sobras ou Perdas do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2021	2020
Ingresso e Receita Operacional	25	60.926	49.193
Fornecimento de Energia Elétrica		12.312	4.568
Ingresso e Receita Disponibilidade da Rede Elétrica		26.427	24.755
Ingresso e Receita de Construção		7.717	7.381
Outros Ingressos e Receitas Operacionais		14.470	12.489
(-) Deduções do Ingresso e Receita Operacional	26	14.113	8.894
Tributos Sobre Ingresso e Receita		7.505	6.018
Encargos Setoriais		6.608	2.876
(=) Ingresso e Receita Operacional Líquida	27	46.813	40.299
(-) Dispêndio e Custo do Serviço de Energia Elétrica	28	35.879	31.397
Energia Elétrica Comprada para Revenda		10.147	7.714
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		381	388
Encargo de Uso de Rede Elétrica		4.142	4.553
Pessoal		6.969	7.043
Material		1.320	783
Serviços de Terceiros		2.264	1.262
Depreciação e Amortização		1.789	1.597
Dispêndio e Custo de Construção		7.717	7.381
Outros Dispêndios e Custos		1.150	676
(=) Resultado Operacional Bruto		10.934	8.902
(-) Dispêndios e Despesas Operacionais		5.371	5.053
Dispêndios e Despesas com Vendas	28	471	393
Dispêndios e Despesas Gerais e Administrativas	28	4.358	3.975
Outros Ingressos/Receitas e Dispêndios/Despesas Líquidas	28	542	685
(=) Resultado do Serviço		5.563	3.849
(+) Resultado Financeiro	29	1.710	1.379
Ingressos e Receitas Financeiras	-	2.355	1.874
Dispêndios e Despesas Financeiras		645	495
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		7.273	5.228
(-) IRPJ	30	290	331
(-) CSLL	30	113	119
(=) Resultado Líquido do Exercício		6.870	4.778

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
				Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Apl. e Melhorias		
Saldo em 31/12/2019	430	4	4.728	3.979	1.634	24.690	3.727	39.192
Aumento de Capital:								
- Por Integralização de Quotas	389			-	-	-	-	389
Destinação do Resultado - AGO								
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	3.000	3.000	-
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	727	727
Realização de Reservas								
Por Disposição Estatutária	-	-	-	375	-	-	-	375
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.778	4.778
Destinações Estatutárias	-	-	-	478	239	2.867	3.584	-
Saldo em 31/12/2020	819	4	4.728	4.082	1.873	30.557	1.194	43.257
Aumento de Capital:								
- Por Integralização de Quotas	21	-	-	-	-	-	-	21
Destinação do Resultado - AGO								
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	795	795	-
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	200	200
Realização de Reservas								
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	316	1.155	1.471	-
- Por Disposição Legal	-	-	4.175	-	-	-	-	4.175
Transferências	-	-	848	85	42	721	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	6.870	6.870
Destinações Estatutárias	-	-	626	597	570	3.583	5.376	-
Saldo em 31/12/2021	840	4	2.027	4.594	2.085	33.059	3.164	45.773

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	6.870	4.778
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:		
Depreciação e Amortização	1.814	1.945
Baixas do Intangível em Serviço	1.895	1.011
Provisões no Passivo Não Circulante	816	516
	-	897
	-	418
Variações no Ativo	6.202	2.925
Consumidores	-	1.034
Impostos e Contribuições Sociais	-	155
Estoque	-	24
Ativos Regulatórios	-	634
Despesas Pagas Antecipadamente	-	1
Outros Créditos	-	149
Outros Realizáveis	-	7.899
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-
	-	9
Variações no Passivo	1.893	3.158
Fornecedores	-	2.503
Impostos e Contribuições Sociais	-	1.775
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	-	20
Passivos Regulatórios	-	805
Encargos do Consumidor a Recolher	-	672
Outras Contas a Pagar	-	1.012
	-	182
	-	376
	-	44
	-	843
	-	386
	-	1.779
Total das Atividades Operacionais	16.779	6.956
Atividades de Investimento		
Participações Societárias – Outras Cooperativas	-	1
Aplicações no Intangível - Obras de Distribuição	-	9.724
Aplicações no Intangível - Instalações Gerais	-	1.199
	-	-
	-	1
	-	6.156
	-	11
Total das Atividades de Investimento	10.924	6.168
Atividades de Financiamento		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	94	-
Aumentos de Capital	21	389
Efeito Líquido do Valor Justo - Extensão do Prazo da Permissão	-	4.174
Aumentos de Reservas	-	-
Distribuição de Sobras	-	200
	-	375
	-	727
Total das Atividades de Financiamento	4.259	741
Total dos Efeitos no Caixa	1.596	47
Saldo Inicial de Caixa	1.958	1.911
Saldo Final de Caixa	3.554	1.958
Varição no Caixa	1.596	47

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
<u>Ingressos e Receitas</u>	60.127	48.403
Venda de Energia	38.739	29.322
Ingresso e Receita de Construção	7.717	7.381
Prestação de Serviços	6	54
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	393
Outros Resultados Operacionais	14.136	12.039
<u>(-) Insumos Adquiridos de Terceiros</u>	29.376	25.216
<u>Insumos Consumidos</u>	29.376	25.216
Energia Comprada para Revenda	10.528	8.102
Encargo de Uso de Rede Elétrica	4.142	4.553
Outros Insumos Adquiridos	1.785	1.869
Material e Serviços de Terceiros	5.204	3.311
Dispêndio e Custo da Construção	7.717	7.381
<u>(=) Valor Adicionado Bruto</u>	30.751	23.187
<u>(-) Depreciações e Amortizações</u>	- 1.847	- 1.663
<u>(=) Valor Adicionado Líquido</u>	28.904	21.524
<u>(+) Valor Adicionado Transferido</u>	2.355	1.874
Ingressos e Receitas Financeiras	2.355	1.874
<u>(=) Valor Adicionado a Distribuir</u>	31.259	23.398
<u>Distribuição do Valor Adicionado:</u>	31.259	23.398
<u>Pessoal</u>	7.435	7.054
Remunerações	5.436	5.210
Encargos Sociais - FGTS	629	606
Auxílio Alimentação	954	900
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	416	338
<u>Governo</u>	16.309	11.071
Federal	8.909	5.114
Estadual	7.396	5.954
Municipal	4	3
<u>Financiadores</u>	645	495
Outros Encargos Financeiros	645	495
<u>Cooperados</u>	6.870	4.778
Sobras Retidas	6.870	4.778
Valor Adicionado (médio) por Empregado	274	205

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CEREJ está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2021, a CEREJ realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Contábeis – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração em reunião realizada em 19 de janeiro de 2022.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.676 de 18 de novembro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em 30 de dezembro de 2008.

2.1. Prazo da Permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato. Em 13 de fevereiro de 2017 a cooperativa enviou ofício a ANEEL solicitando a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão alterando o prazo de vigência da permissão de 20 anos para 30 anos nos termos do parágrafo 3º do Art. 23 da Lei nº 9.074/1995.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Águas Mornas, Angelina, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas, todos no Estado de Santa Catarina.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas passem por processos de reajuste e revisão anualmente.

Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia elétrica, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária.

Composição da Receita Requerida:

Parcela A	Parcela B
Encargos Setoriais	Receita Irrecuperável (2.4.6)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.1)	
Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.2)	
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.3)	Despesas de Operação e Manutenção (2.4.7)
	Pessoal
	Material
	Serviços de Terceiros
	Despesas Gerais e Outras
Encargos de Transmissão (2.4.4)	Despesas de Capital
	Cotas de Depreciação (2.4.8)
Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.5)	Remuneração do Capital (2.4.9)

2.4.1. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

2.4.2. Taxa de Fiscalização (TFSEE): Encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

2.4.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): Encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

2.4.4. Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

2.4.5. Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de peso significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.4.6. Receita Irrecuperável: Parcela da receita que busca compensar a distribuidora por receita considerada irrecuperável. Esta parcela é obtida através de um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

2.4.7. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.8. Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.9. Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.5. Bandeiras Tarifárias – O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8.401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias devam considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

No exercício de 2021 a CEREJ aplicou bandeira vermelha nos meses de janeiro, maio, junho, julho e agosto, bandeira amarela nos meses de fevereiro, março e abril e bandeira preta nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, para seus consumidores.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Estão igualmente de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas Conselho Federal de Contabilidade – CFC, citadas pelas siglas NBC; ITG e; CTG. Observam ainda os preceitos da Lei 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício.

Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira – A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa – Os fluxos de caixa dos investimentos no curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações no curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber – Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques – Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

4.5. Ativos e Passivos Regulatórios – em conformidade com o Comunicado Técnico – CTG 08, estão presentes os requisitos básicos para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos ou passivos financeiros com característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

A Cooperativa reconheceu os efeitos temporários representados pelos componentes financeiros da tarifa, registrando os valores em subtítulos específicos denominados Ativo Financeiro e Passivo Financeiro em contrapartida de Receita com Demais Ativos e Passivos Financeiros.

4.6. Não Circulante – Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.7. Ativo Financeiro Indenizável (Permissão) – Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão e do Comunicado Técnico CTG 05 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e

despesas operacionais.

As taxas de depreciação regulatória dos principais bens a serviços da permissão são as seguintes:

Itens mais relevantes do ativo Não Circulante	Taxa Anual
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Veículos	14,29%

4.8. Intangível – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida pelo outorgante para ser utilizada pela outorgado como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível e a ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão e do Comunicado Técnico CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment – A cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.10. Benefícios a Empregados – Os pagamentos de benefícios como salários, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.11. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo – Os ativos e passivos de longo prazo da cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável.

4.12. Provisão para Litígios – Os Passivos contingentes são provisionados sempre que a perda for avaliada como provável, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os

montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.13. Ingressos e Receitas, Dispêndios e Despesas – A cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.13.1. Ingresso e Receita Não Faturada – Corresponde ao ingresso/receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e ao ingresso/receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referentes ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.13.2. Ingresso e Receita de Construção – A cooperativa contabiliza ingressos/receitas e dispêndios/custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de contribuição adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) todo ingresso/receita de construção está relacionado com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como dispêndio/custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.14. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas tem regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

4.15. Tributação do Resultado – A tributação dos ganhos e resultados é calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os créditos decorrentes de Imposto de

Renda e bases negativas de Contribuição Social sobre prejuízos fiscais podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.16. Operações com Terceiros – As operações com não associados são escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a ITG 2004 – Entidades Cooperativas, conforme apresentamos na nota 30.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, são destinados integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Instrumentos Financeiros

5.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos – A cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber de Clientes: apresentados na nota 7;

Ativos e Passivos Regulatórios: apresentados na nota 10;

Outros Ativos Circulantes: apresentados na nota 12;

Ativo Financeiro Indenizável: apresentados na nota 13;

Fornecedores: apresentados na nota 17;

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: apresentado na nota 18.

5.2. Valor Justo

Instrumentos Financeiros	2021		2020	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Ativo	26.146	26.146	30.258	30.258
Caixa e equivalentes de caixa	3.554	3.554	1.958	1.958
Contas a receber	6.973	6.973	5.939	5.939
Ativo Indenizável (Permissão)	12.946	12.946	20.841	20.841
Outros	2.673	2.673	1.520	1.520
Ativos Regulatórios	1.189	1.189	556	556
Subvenção e Subsídio Tarifários	1.484	1.484	964	964
Passivo	5.005	5.005	1.603	1.603
Fornecedores	3.227	3.227	725	725
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	130	130	35	35
Passivos Regulatórios	1.648	1.648	843	843

5.3. Classificação dos Instrumentos Financeiros

Instrumentos Financeiros	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	12.946	13.200	-	26.146
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.554	-	3.554
Contas a receber	-	6.973	-	6.973
Ativo Indenizável (Permissão)	12.946	-	-	12.946
Outros	-	2.673	-	2.673
Passivo	-	-	1.648	1.648
Fornecedores	-	-	3.227	3.227
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	-	130	130
Passivos Regulatórios	-	-	1.648	1.648

5.4. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

5.4.1. Risco de Crédito: Advém da possibilidade de a cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

5.4.2. Risco de Gerenciamento de Capital: Advém da escolha da cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Tipo de Aplicação	Remuneração	2021	2020
Caixa e Bancos			774	438
Aplicações no Mercado Aberto				
Bradesco Aplicação	Invest Fácil CDB	5% CDI	166	46
BB Aplicação	BB Renda Fixa	2,55% CDI	726	65
CRESOL Aplicação	RCD - Aplica Facil	4,42% CDI	847	1.055
SICREDI Aplicação	Sicredi Invest	4,24% CDI	652	337
CEF Aplicação Giro	CEF Fic Giro	3,12% CDI	387	7
CEF Giro RATES	Fic Giro MPE DI	3,12% CDI	2	10
			2.780	1.520
			3.554	1.958

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate a partir de 90 dias.

7. Consumidores – Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da cooperativa e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência, líquido da provisão para perdas prováveis no recebimento dos créditos. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos		Vencidos		PCLD (-)	Total	
	Vincendos		até 90 dias	mais 90 dias		2021	2020
Consumidores							
Residencial	996		356	245	- 246	1.351	1.216
Industrial	87		38	28	- 23	130	188
Comercial	727		42	36	- 34	771	755
Rural	1.315		300	98	- 75	1.638	1.728
Poder Público	15		8	10	- 5	28	16
Iluminação Pública	214		152	1.019	- 958	427	116
Serviços Públicos	5		-	-	-	5	2
Renda Não Faturada	1.508		-	-	-	1.508	1.233
Parcelamento Energia	1.000		-	-	65	935	579
Serviços Taxados/Outros	204		-	-	24	180	106
	6.071		896	1.436	- 1.430	6.973	5.939

Os valores a receber de não associados contidos na tabela acima era de R\$ 372 mil no encerramento do exercício de 2021.

8. Impostos e Contribuições Sociais

	2021	2020
Ativo Circulante		
IRPJ a Recuperar	291	373
CSLL a Recuperar	164	157
IRRF s/Aplicações Financeiras	46	2
COFINS a Recuperar	2	1
ICMS a Recuperar	484	289
Outros Tributos a Compensar	1	1
	988	823
Ativo Não Circulante		
ICMS a Recuperar	-	9

8.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a infraestrutura de prestação do serviço da cooperativa (Ativo Permanente - CIAP), instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

9. Estoque

	2021	2020
Materiais por Categoria		
Condutores	30	25
Ferramentas	48	45
Estruturas	5	4
Medidores	3	6
Chaves	48	47
Parafusos e Ferragens	11	6
Iluminação Pública	19	51
Equipamentos de Segurança	110	69
Materiais Diversos	28	26
	302	279

10. Ativos e Passivos Regulatórios – Componentes Financeiros da Tarifa

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos/dispêndios não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos/dispêndios integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que o ingresso/receita correspondente é faturado aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

	2021	2020
Ativos Regulatórios		
Programas Sociais e Governamentais - Bônus Redução Consumo	362	-
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	1	-
PROINFA - Neutralidade	5	1
CDE - Neutralidade	33	5
IF - CUSD Energia	766	252
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Amortização</u>		
IF - Ajuste Reajuste/Revisão	22	298
	1.189	556
Passivos Regulatórios		
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	-	2
CDE - Neutralidade	7	53
PROINFA - Neutralidade	1	7
Retenção Bandeiras Tarifárias	904	-
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Amortização</u>		
TFSEE - Neutralidade	4	5
CDE - Neutralidade	123	134
PROINFA - Neutralidade	17	24
Compensação DIC/FIC	370	255
Retenção Bandeiras Tarifárias	222	363
	1.648	843

11. Despesas Pagas Antecipadamente – Dispêndios/Despesas Antecipadas

As despesas/dispêndios antecipadas referem-se aos gastos com prêmios de seguro pagos antecipadamente, tendo como cobertura a frota de veículos, conforme nota 33.

12. Outros Créditos

	2021	2020
Empregados	15	9
Adiantamento a Fornecedores	10	64
Serviços Prestados p/ Terceiros	4	16
Serviços em Curso	186	180
Subvenção CDE	1.484	964
Outros	98	713
	1.797	1.946

13. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 28/2008, de 30 de dezembro de 2008, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da

Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão. Esta parte a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Ativo Financeiro Indenizável	
Saldo em 31 de dezembro de 2019		19.518
Transferência para Ativo Financeiro		24
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro		1.299
Saldo em 31 de dezembro de 2020		20.841
Transferência para Ativo Financeiro	-	2.505
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	-	5.390
Saldo em 31 de dezembro de 2021		12.946

	2021	2020
Ativo Intangível		
Ativo Intangível - Permissão	30.960	22.734
Outros intangíveis	1	14
Soma do Intangível	30.961	22.748
Ativo Financeiro Indenizável		
Custo do Financeiro Indenizável	11.310	13.817
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	1.636	7.024
Soma do Financeiro	12.946	20.841

14. Depósitos Judiciais e Cauções

	2021	2020
Depósito Judicial - Natureza Civil		
Não Circulante - Realizável a Longo Prazo	4	9
	4	9

15. Investimentos – Participações Societárias Permanentes

	Participação	Valor	
		2021	2020
Participações Societárias			
Integralização de Cota Cooperativa	0%	6	6
		6	6

16. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf.Ativo Financeiro	Obrigações Especiais	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.169	- 9.200	38.969	- 19.518	- 1.344	18.107
Direito de uso da permissão	55.085	- 9.946	45.139	- 20.841	- 1.564	22.734
Outros intangíveis	43	- 29	14	-	-	14
Saldo em 31 de dezembro de 2020	55.128	- 9.975	45.153	- 20.841	- 1.564	22.748
Direito de uso da permissão	57.817	- 11.205	46.612	- 12.946	- 2.706	30.960
Outros intangíveis	43	- 42	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.860	- 11.247	46.613	- 12.946	- 2.706	30.961

16.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CEREJ, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

16.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

A amortização das obrigações especiais é calculada com base na taxa média de amortização dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

17. Fornecedores

	2021	2020
Suprimento de Energia Elétrica		
Celesc Distribuidora S.A.	1.483	-
	1.483	-
Materiais e Serviços		
Materiais e Serviços	1.744	725
	1.744	725
	3.227	725

18. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os saldos das obrigações referem-se à modalidade de Financiamento Bancários, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de aquisição de veículos. As garantias estão representadas por avais dados pelos representantes da cooperativa.

Possui ainda obrigações na modalidade de Financiamentos contraídos para aquisição de bens da infraestrutura de distribuição de energia elétrica com recursos provenientes do RGR.

Saldos das obrigações:

	Taxa	Vigência	2021	2020
Circulante				
SICREDI - CCB Veículos	0,93% a.m.	25/07/2025	37	23
Recursos Provenientes do RGR	5,00% a.a.	-	6	5
			43	28
Não Circulante				
SICREDI - CCB Veículos	0,93% a.m.	25/07/2025	87	4
Recursos Provenientes do RGR	5,00% a.a.	-	-	3
			87	7

19. Impostos e Contribuições Sociais

	2021	2020
Passivo Circulante		
IRPJ a Recolher	75	23
ISS a Recolher	9	9
IRRF a Recolher	3	3
ICMS a Pagar	652	624
Contribuição ao PIS a Recolher	10	8
CSLL a Recolher	28	9
COFINS a Recolher	8	9
INSS a Recolher	25	8
FGTS a Pagar	47	50
INSS Parcelamentos	16	16
PIS - COFINS Parcelamentos	46	46
Outros Tributos a Recolher	21	7
	940	812
Passivo Não Circulante		
INSS Parcelamentos	-	16
PIS - COFINS Parcelamentos	297	343
IRPJ Diferido - Sobre Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	409	1.763
CSLL - Diferido - Sobre Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	147	634
	853	2.756

19.1. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado mensalmente com base no lucro real, conforme balancete de redução, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 30.

20. Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas

	2021	2020
Folha de Pagamento Líquida	527	574
Provisões Trabalhistas		
Férias	662	613
Encargos Sociais Sobre Férias	271	253
	933	866
	1.460	1.440

21. Encargos do Consumidor a Recolher

	2021	2020
Pesquisa e Desenvolvimento - PeD	7	85
Programa de Eficiência Energética - PEE	47	519
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	248	222
Taxa de Fiscalização - TFSEE	9	8
Demais Encargos Setoriais	-	149
	311	983

22. Outras Contas a Pagar

	2021	2020
Passivo Circulante		
Outras Contas a Pagar		
Consumidores	704	227
Convênios de Arrecadação	2.439	1.527
	3.143	1.754
Outros Passivo Não Circulante		
Outros Credores - Capital Social a Devolver/Sobras a Distribuir	-	377
	-	377

23. Provisão para Litígios

Saldo da Provisão:

	2021		Depósito Judicial	2020		Depósito Judicial
	Valor da Provisão			Valor da Provisão		
	No Exercício	Acumulada		No Exercício	Acumulada	
Processos de Ressarcimento	-	898	1.242	-	419	2.140
	-	898	1.242	-	419	2.140

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital Social

24.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 840 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social estava representado por 819 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

24.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 16.427 associados em 31 de dezembro de 2021, no ano de 2020 eram 15.653 associados.

24.2. Natureza e Finalidade das Reservas de Sobras

24.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à

cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

24.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

24.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

24.3. Reservas de Lucros – Resultados a Realizar: é constituída de resultados não realizados originários do ajuste a valor justo de ativos, líquidos das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social.

24.4. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2021	2020
Resultado do Exercício	6.870	4.778
Sobras de Exercícios Anteriores Não Transferidas	199	1
Destinações		
RATES	-	239
Reserva Legal	-	478
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	-	2.867
Reserva de Resultados a Realizar	-	-
	5.376	3.584
Realização de Reservas		
RATES	316	-
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	1.155	-
	1.471	-
Sobras a Disposição da AGO	3.164	1.195

25. Ingresso/Receita Operacional

	2021	2020
a) Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	4.206	1.582
Industrial	364	148
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.303	851
Rural	4.574	1.714
Poder Público	68	20
Iluminação Pública	698	235
Serviço Público	14	3
Renda Não Faturada	85	15
	12.312	4.568
b) Ingresso e Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	9.025	8.577
Industrial	781	804
Comercial, Serviços e Outras Atividades	4.943	4.616
Rural	9.814	9.296
Poder Público	146	108
Iluminação Pública	1.497	1.274
Serviço Público	29	14
Renda Não Faturada	191	66
	26.427	24.755
c) Ingresso e Receita de Construção	7.717	7.381
d) Outros Ingressos e Receitas Operacionais		
Doações, Contribuições e Subvenções	13.714	11.555
Rendas de Prestação de Serviços	6	3
Outras Receitas	750	931
	14.470	12.489
	60.926	49.193

26. Deduções da Receita/Ingressos

	2021	2020
Tributos Sobre Ingresso e Receita		
COFINS	114	86
PIS	16	19
ICMS	7.375	5.913
ISS	-	-
	7.505	6.018
Encargos Setoriais		
CDE	2.741	2.579
TFSEE - Taxa de Fiscalização	98	103
Bandeiras Tarifárias	3.769	194
	6.608	2.876
	14.113	8.894

27. Ingresso e Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/PASEP e COFINS	ICMS	Encargos do Consumidor	Receita Líquida
Em 2021					
Fornecimento de Energia Elétrica	12.312	- 41	- 2.344	- 2.100	7.827
Ingresso/Receita Disponibilidade da Rede Elétrica	26.427	- 89	- 5.031	- 4.508	16.799
Receita de Construção	7.717	-	-	-	7.717
Outras Receitas Operacionais	14.470	-	-	-	14.470
	60.926	- 130	- 7.375	- 6.608	46.813
Em 2020					
Fornecimento de Energia Elétrica	4.568	- 175	- 9.921	- 4.825	10.353
Ingresso/Receita Disponibilidade da Rede Elétrica	24.755	- 71	- 4.007	- 1.949	30.782
Receita de Construção	7.381	-	-	-	7.381
Outras Receitas Operacionais	12.489	-	-	-	12.489
	49.193	- 104	- 5.914	- 2.876	40.299

28. Dispêndios, Custos e Despesas e Despesas Operacionais

	Dispêndios e Custos de Bens e/ou Serviços	Dispêndios e Despesas com Vendas	Dispêndios e Despesas Gerais e Administrat.	Outros Ing./Rec. (Disp./Disp.) Líquidas	Total
Em 2021 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	10.147	-	-	-	10.147
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfá	381	-	-	-	381
Encargo de Uso de Rede Elétrica	4.142	-	-	-	4.142
Pessoal e Administradores	6.969	-	2.723	-	9.692
Material	1.320	-	252	-	1.572
Serviços de Terceiros	2.264	-	1.368	-	3.632
Depreciação e Amortização	1.789	-	58	-	1.847
Dispêndio e Custo de Construção	7.717	-	-	-	7.717
Outros Dispêndios, Custos e Despesas	1.150	471	43	542	2.120
	35.879	471	4.358	542	41.250
Em 2020 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	7.714	-	-	-	7.714
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfá	388	-	-	-	388
Encargo de Uso de Rede Elétrica	4.553	-	-	-	4.553
Pessoal e Administradores	7.043	-	2.133	-	9.176
Material	783	-	148	-	931
Serviços de Terceiros	1.262	-	1.119	-	2.381
Depreciação e Amortização	1.597	-	66	-	1.663
Dispêndio e Custo de Construção	7.381	-	-	-	7.381
Outros Dispêndios, Custos e Despesas	676	393	509	685	2.263
	31.397	393	3.975	685	36.450

28.1. Dispêndio/Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 (R1) Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita/ingresso correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

29. Detalhamento do Resultado Financeiro

	2021	2020
(-) Ingressos e Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	73	50
Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia	255	168
Outros Ingressos e Receitas Financeiras	2.027	1.656
	2.355	1.874
Dispêndios e Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	478	424
Outros Dispêndios e Despesas Financeiras	167	71
	645	495
	1.710	1.379

30. IRPJ e CSLL - Demonstração de Resultado para Efeito Tributário

Contas	Operações com		Soma	Resultados Diferidos	Total
	Associados	Terceiros			
Resultado Líquido do Exercício em 2020	3.929	-	3.929	849	4.778
Resultado Líquido do Exercício em 2021	5.973	271	6.244	626	6.870

31. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

31.1. Segmentos e Atividades de Negócios

31.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

31.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

31.2. Áreas Geográficas – Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Biguaçu, São José, Angelina, Santo Amaro da Imperatriz, Canelinha, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Rancho Queimado, Palhoça, São de Pedro de Alcantara, Tijucas, Aguas Mornas e Antônio Calos, todos no Estado de Santa Catarina.

31.3. Principais Clientes – As receitas/ingressos provenientes de um único cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2021 chegaram a perfazer um montante de R\$ 1.614 mil, representando 4,21% do total das receitas/ingressos da cooperativa.

32. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas

estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido a igualdade de direito entre os associados nas deliberações sociais das sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal chave da administração						
Presidência e conselhos	-	27	357	-	12	356
	-	27	357	-	12	356

33. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos abrangendo a frota de veículos, conforme descrito a seguir:

Descrição	Vigência	Valor Prêmio	Valor Danos Segurados	
			Materiais	Pessoais
Frota - Veículos	03/02/2023	59	2.950	3.114
		59	2.950	3.114

A cooperativa possui ainda seguro de vida com cobertura acidental no caso de morte e invalidez permanente para todos os funcionários.

34. Contingências

34.1. Ações nas quais a Cooperativa Figura como Ré

Atualmente a cooperativa figura como ré no âmbito cível em 133 Ações de Ressarcimento, decorrentes de suas atividades operacionais, próprias da entidade. O valor global é de R\$ 1.241.784,48 e o montante da maior ação é de R\$ 31.676,08. Segundo assessoria jurídica a chance de perda é remota em todas as ações.

35. Outras Informações

35.1. Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 131 mil.

35.2. Subvenção CDE – Baixa Densidade de Carga

Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para compensar a reduzida densidade de carga do mercado da CER EJ, conforme previsto no parágrafo 2º do art. 3º, da Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.353 mil reais.

35.3. Reajuste Tarifário

Para fins do reajuste tarifário de 2021 e em conformidade com a metodologia PRORET 8.4 a CER EJ solicitou os valores de Parcela B por meio de correspondência fundamentada enviada à ANEEL.

A receita requerida para o processo da CER EJ, calculado pela Superintendência de Gestão Tarifária – SGT, para aplicação a partir de 30 de setembro de 2021, resultou em R\$ 46.242.575,82. Deste total, 43,70% corresponde a parcela A, no valor de R\$ 20.206.577,65 e à parcela B, correspondendo a 56,30%, o valor de R\$ 26.035.998,17.

35.3.1. Resultado do Reajuste

As tarifas de aplicação da CER EJ, constantes da Resolução Homologatória nº 2.781, de 06 de outubro de 2020, ficaram, em média, reajustadas em 7,67%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Estão em vigor, no período de 30 de setembro de 2021 a 29 de setembro de 2022, as tarifas constantes das tabelas anexas à Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.940 de 28 de setembro de 2021.

35.4. Avais – Não existem avais concedidos em nome da cooperativa em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

35.5. Balanço Social – As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e, portanto, não foram auditadas.

35.6. ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão – A CER EJ elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução ANEEL nº 396/2010, foram também elaborados as Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de divulgação específica e encaminhada à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

Biguaçu - SC, 31 de dezembro de 2021.

Edson Flores da Cunha
Presidente
CPF 707.436.499-15

Renann Luiz Kreusch
Contador
CPF 054.359.029-16
CRC/SC - 039369/O

**1.3 RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
SOCIETÁRIAS
2021**

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR - CEREJ
Biquaçú - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR - CEREJ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR - CEREJ**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normais brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 04 de março de 2022.



Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012

2 – INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS **2021**

2.1 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2021

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos o relatório das principais atividades realizadas no exercício 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais são considerados de suma importância para divulgar o desempenho da Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Junior – CEREJ para a sociedade, parceiros e consumidores.

Mensagem do Presidente

O ano de 2021 apresentou-se desafiador para todos, especialmente em virtude da pandemia da COVID-19 e da crise financeira estabelecida em nosso país.

Mesmo assim a CEREJ superou todas as dificuldades, trabalhando incessantemente, demonstrando no encerramento do exercício o balanço positivo, não somente financeiro, mas representando e refletindo todo o empenho e fruto de suas ações de compromisso com a sociedade.

Nossa equipe mais uma vez comprovou sua excelência e comprometimento junto aos consumidores e associados das comunidades atendidas.

Distribuição

A CEREJ está autorizada para atuar em 15 municípios, dos 295 que compõem o estado de Santa Catarina, abrangendo como área de concessão 1.680,60 km², e vem prestando seus serviços às comunidades atendidas há mais de 50 anos

Para o bom desempenho, qualidade e agilidade no atendimento, conta com uma central de atendimento na sede do município de Biguaçu e ainda com 05 bases distribuídas nos municípios de Águas Mornas, Angelina, Leoberto Leal, Major Gercino e Nova Trento.

Número de Consumidores Atendidos

Classe	Quantidade		Variação	
	2021	2020	Quantidade	Percentual
Residencial	8.498	7.991	507	6,34%
Industrial	59	63	-4	-6,35%
Comercial	404	397	7	1,76%
Rural	5.950	5.967	-17	-0,28%
Outros	119	115	4	3,48%
Total	15.030	14.533	497	3,42%

Mercado Atendido

Classe	2021		2020		Variação
	%	Quantidade	%	Quantidade	
Residencial	30,78%	15,768	29,52%	15,122	5,19%
Industrial	2,50%	1,280	2,65%	1,355	-7,81%
Comercial	19,92%	10,205	18,42%	9,436	11,01%
Rural	38,80%	19,872	39,98%	20,478	-3,39%
Outros	8,00%	4,095	7,62%	3,901	6,97%
Total	100,00%	51,219	98,19%	50,292	2,26%

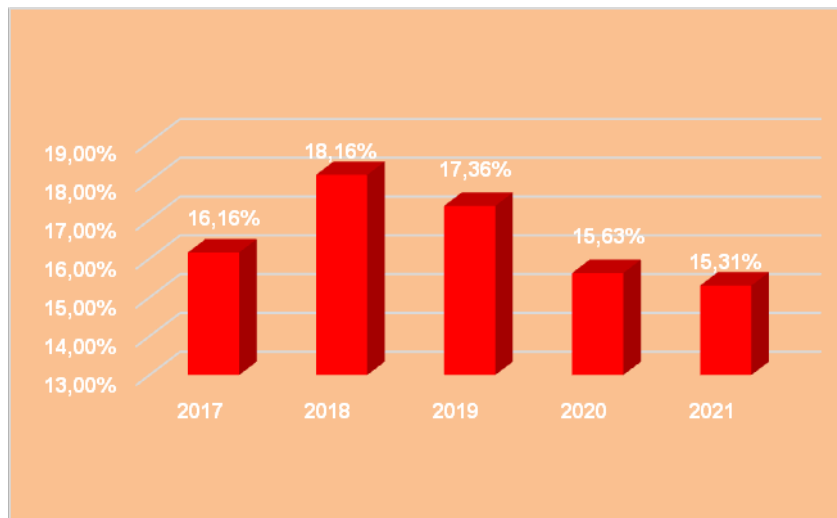
Balanco Energético – Em GWh

Descrição	2021		2020		Variação
	%	Quantidade	%	Quantidade	
[+] Energia Elétrica Adquirida CELESC	98,33%	58,41	97,69%	56,63	3,14%
[+] Energia Elétrica Adquirida PROINFA	1,67%	0,99	2,31%	1,34	-26,12%
[=] Total de Energia Elétrica Adquirida	100,00%	59,40	100,00%	57,97	2,47%
[-] Energia Elétrica Distribuída	84,69%	50,31	84,37%	48,91	2,86%
[=] Perdas na Distribuição	15,31%	9,09	15,63%	9,06	0,35%

No ano de 2021 as Perdas na Distribuição de Energia apresentaram um aumento de 0,35 pontos percentuais se comparadas ao mesmo período de 2020.

Gráfico

Perda na Distribuição de Energia dos Últimos 5 Anos

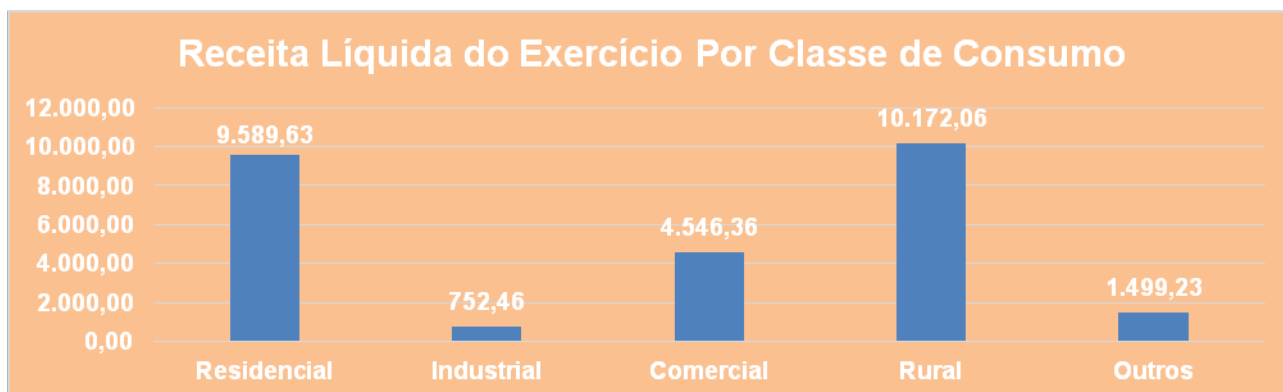


Receita

A receita decorrente do fornecimento de Energia Elétrica no Exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 26,5 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	2021		2020		Variação
	%	R\$	%	R\$	
Residencial	36,11%	9.589,63	35,80%	8.591,65	11,62%
Industrial	2,83%	752,46	3,03%	728,08	3,35%
Comercial	17,12%	4.546,36	17,44%	4.184,92	8,64%
Rural	38,30%	10.172,06	38,39%	9.213,57	10,40%
Outros	5,64%	1.499,23	5,33%	1.280,30	17,10%
Total	100,00%	26.559,73	100,00%	23.998,51	10,67%

Receita Líquida do Exercício Por Classe de Consumo



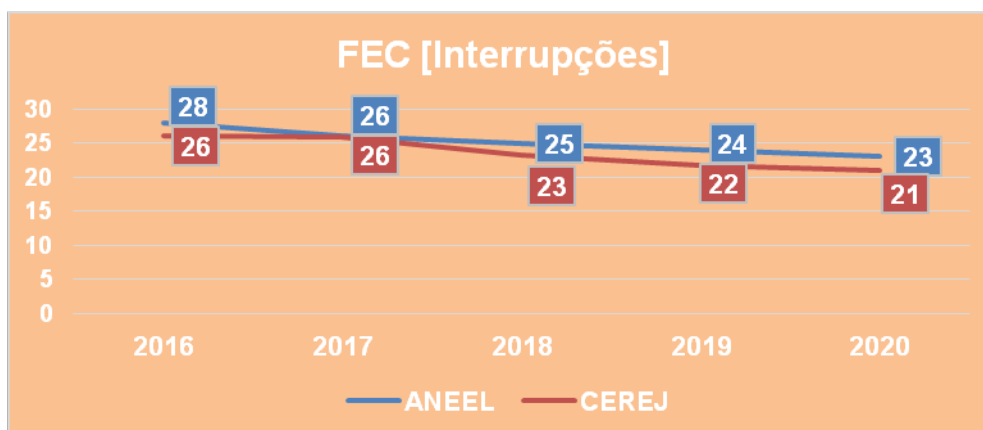
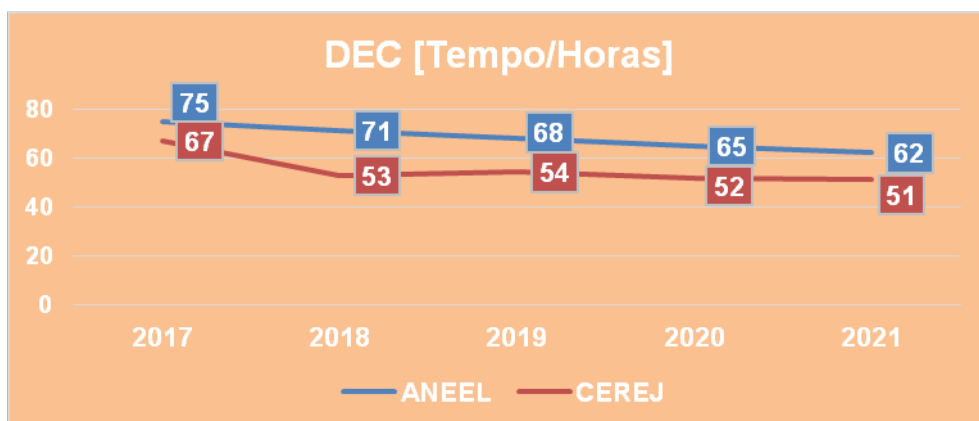
Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia Elétrica em 2021 atingiu o valor de R\$ 503,93, um aumento de 8,45% em relação ao ano de 2020.

Classe	2021	2020	Variação
Residencial	608,18	568,16	7,04%
Industrial	588,00	537,33	9,43%
Comercial	445,51	443,51	0,45%
Rural	511,88	449,93	13,77%
Outros	366,09	328,19	11,55%
Tarifa Média	503,93	465,42	8,45%

Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor, e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor. A evolução desses indicadores esta apresentada nos gráficos abaixo:



Atendimento ao Consumidor

A CER EJ não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios de sua área de permissão se encontram atendidos.

Tecnologia da Informação

A administração da CER EJ se considera adequadamente atenta as tecnologias de informação no que se refere a qualidade de serviços aos seus consumidores e ao cumprimento de exigências do órgão regulador ANEEL.

A CER EJ mantém uma página na rede mundial de computadores (www.cerej.com.br), com o objetivo de modernizar o acesso a informação por parte de seus associados, consumidores e demais interessados. Estão disponíveis no referido endereço, informações corporativas e de interesse geral.

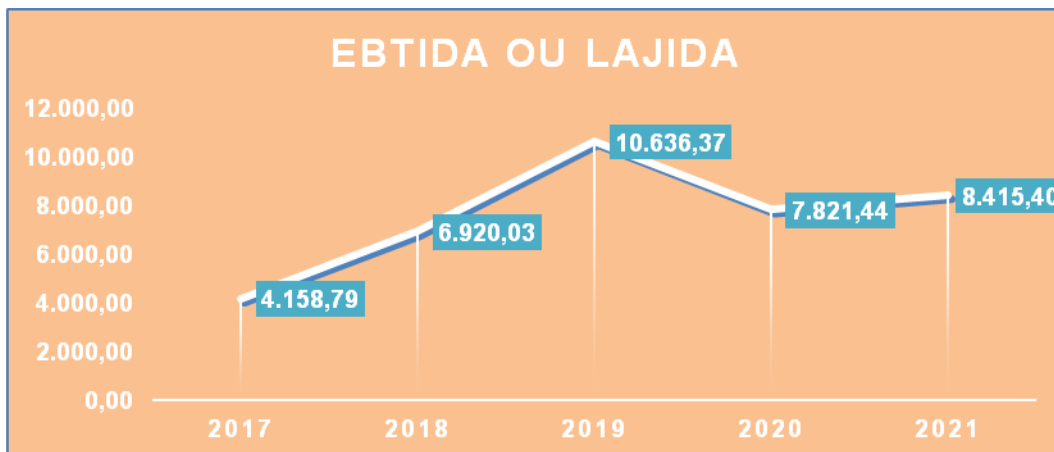
Desempenho Econômico-financeiro

Valores em R\$ mil

Evolução do Desempenho			
Resultado Líquido 2021	Resultado Líquido 2020	Variação	
R\$ 5.527,92	R\$ 3.268,03	69,15%	
Receita Operacional Líquida 2021	Receita Operacional Líquida 2020	Variação	
R\$ 39.096,35	R\$ 32.917,74	18,77%	
Custos Gerenciáveis 2021	Custos Gerenciáveis 2020	Variação	
R\$ 19.579,15	R\$ 17.051,75	14,82%	
Patrimônio Líquido 2021	Patrimônio Líquido 2020	Variação	
R\$ 47.295,45	R\$ 41.946,57	12,75%	

Em 2021, o EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 8.415,40, superior em 7,59% ao ano de 2020, redução provocada principalmente pela queda do resultado operacional, conforme demonstração abaixo:

Reconciliação do Resultado Operacional	2021	2020	Variação
Resultado Operacional	5.608,67	4.778,79	17,37%
[+/-] Resultado Financeiro	762,19	1.379,53	-44,75%
[+] Depreciação e Amortização	2.044,54	1.663,12	22,93%
EBITDA	8.415,40	7.821,44	7,59%



Investimentos

Em 2021, os investimentos da CEREJ foram de vital importância para a confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e respostas rápidas as ocorrências nas redes elétricas e atingiram R\$ 9,648 (R\$/mil).

Captação de Recursos

Os investimentos de 2021 foram realizados exclusivamente com recursos próprios.

Valor Adicionado

Em 2021, o valor adicionado gerado como riqueza pela CEREJ foi de R\$ 31.259,00 (R\$/mil), representando 51,31% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Distribuição	Valor	Participação
Pessoal	7.435,00	23,79%
Governo	16.309,00	52,17%
Financiadores	645,00	2,06%
Associados	6.870,00	21,98%
Total	31.259,00	100,00%



Composição do Capital Social: O capital social é representado por 840.381 quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 estavam representadas por 819.428 quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 16.331 associados em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 eram 15.537 associados.

Relação Com O Mercado

A CEREJ busca manter seus colaboradores atualizados, incentivando sua participação em seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos e comerciais, fazendo com que estes se aprimorem no conhecimento do setor elétrico e cooperativista.

A missão da CEREJ é atuar de forma cooperativa no mercado de energia, serviços, segmentos de infraestrutura e afins, promovendo a satisfação dos associados, clientes e colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A CEREJ pretende ser referência entre as cooperativas do ramo, reconhecida pela qualidade dos serviços e desempenho alcançado.

A CEREJ busca os seguintes valores:

- Satisfação dos associados, clientes, colaboradores e fornecedores;
- Confiabilidade junto àquelas com as quais a empresa se relaciona;
- Qualidade nos processos e resultados;
- Ética transparência e profissionalismo;
- Responsabilidade social e ambiental e;
- Segurança e qualidade de vida;

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a CEREJ vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela qualidade total: Em 2021 as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios da Cooperativa.

Recursos Humanos: Em 2021 a CEREJ investiu em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus funcionários. Colaborou financeiramente no ensino superior através de recursos do SESCOOP.

Proporcionou ainda para todos os seus colaboradores: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

Responsabilidade Social: Cada vez mais, a CEREJ vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programadas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

CEREJ em números

Atendimento	2021	2020	Variação
Número de Consumidores	15.030	14.552	3,28%
Número de Empregados	114	105	8,57%
Número de Consumidores por Funcionário	132	139	-5,04%
Número de Diretores	16	16	0,00%
Número de Municípios Atendidos	15	15	0,00%
Número de Postos de Atendimento	5	5	0,00%

Mercado	2021	2020	Variação
Área de Concessão [Km ²]	1.680,6	1.680,6	0,00%
Geração Própria [GWh]	-	-	0,00%
Tarifa Média Fornecimento [R\$ por MWh]	503,93	465,42	8,27%

Agradecimentos

Com resultados obtidos, a administração da CEREJ agradece a todos, principalmente aos seus associados e consumidores, que são a razão da nossa existência, da nossa manutenção a frente dos negócios da cooperativa e que ajudam a fazer dela um motivo de orgulho para todos os municípios atendidos.

Agradecemos também as entidades de classe das quais a CEREJ participa: FECOERUSC, OCESC, SESCOOP e INFRACOOP. Demonstramos ainda nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho dos colaboradores que sempre estiveram a postos no cumprimento do seu dever.

Agradecemos ainda a todos os conselheiros que participaram ativamente das decisões importantes para a cooperativa e comunidade.

E finalmente agradecemos as diversas superintendências da ANEEL com as quais mantivemos harmoniosos e esclarecedores contatos.

Biguaçu/SC, 31 de dezembro de 2021.

A Administração

**2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS,
NOTAS EXPLICATIVAS
E NOTAS CONCILIATÓRIAS
REGULATÓRIAS
2021**

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CER EJ

CNPJ 82.574.864/0001-81

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

Balanco Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2021	2020
Ativo Circulante		14.810	11.509
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.554	1.958
Consumidores	4	6.973	5.939
Serviços em Curso		139	111
Tributos Compensáveis		988	823
Almoxarifado Operacional		302	279
Ativos Regulatórios	6	1.189	556
Despesas Pagas Antecipadamente		7	8
Outros Ativos Circulantes		1.658	1.835
Ativo Não Circulante		47.589	41.471
Tributos Compensáveis		-	9
Depósitos Judiciais e Cauções		4	9
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		6	6
Imobilizado	5	47.578	41.440
Intangível		1	7
TOTAL DO ATIVO		62.399	52.980
PASSIVO	NE	2021	2020
Passivo Circulante		10.772	6.585
Fornecedores		3.227	725
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7	43	28
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.460	1.440
Tributos		940	812
Encargos Setoriais		311	983
Passivos Regulatórios	6	1.648	843
Outros Passivos Circulantes		3.143	1.754
Passivo Não Circulante		4.332	4.448
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7	87	7
Tributos		297	359
Provisão para Litígios	9	1.242	2.140
Obrigações com Associados		-	377
Obrigações Vinculadas à Concessão	10	2.706	1.565
TOTAL DO PASSIVO		15.104	11.033
Patrimônio Líquido	11	47.295	41.947
Capital Social		840	819
Reserva de Capital		4	4
Outros Resultados Abrangentes		2.625	3.443
Reserva de Sobras		38.963	36.512
Reserva de Lucros		948	948
Sobras à Disposição da Assembleia		3.915	221
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		62.399	52.980

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ

CNPJ 82.574.864/0001-81

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

Demonstração do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2021	2020
Receita Operacional	12	53.209	41.812
Fornecimento de Energia Elétrica		11.719	5.596
Ativos e Passivos Regulatórios		592 -	1.028
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		26.427	24.755
Serviços Cobráveis		6	3
Doações, Contrib. e Subvenções Vinc. ao Serv. Concedido		13.715	11.555
Outras Receitas Não Vinc. a Concessão do Serv. de Energia		750	931
(-) Deduções da Receita Operacional		14.113	8.894
(-) Tributos sobre a Receita		7.505	6.018
ICMS		7.375	5.913
PIS-PASEP		16	19
COFINS		114	86
(-) Encargos do Consumidor		6.608	2.876
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		2.741	2.579
Taxa de Fiscalização de Serv. de Energia Elétrica - TFSEE		98	103
Outros Encargos		3.769	194
(=) Receita Operacional Líquida		39.096	32.918
(-) Custos do Serviço de Energia Elétrica		14.670	12.655
Energia Elétrica Comprada para Revenda		10.147	7.714
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA		381	388
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		4.142	4.553
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		24.426	20.263
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		19.580	17.052
Pessoal e Administradores	14	9.691	9.176
Material		1.572	931
Serviços de Terceiros		3.632	2.381
Arrendamentos e Aluguéis		220	229
Seguros		39	46
Provisões		- 426	811
(-) Recuperação de Despesas		- 321 -	682
Tributos		67	68
Depreciação e Amortização		2.045	1.929
Outros Custos		2.001	1.106
Outras Despesas Não Vinc. ao Serviço de Energia Elétrica		1.060	1.057
(=) Resultado do Serviço		4.846	3.211
(+) Resultado Financeiro		- 762 -	57
Despesas Financeiras		645	495
Receitas Financeiras		- 1.407 -	552
(=) Resultado antes do IRPJ e da CSLL		5.608	3.268
Contribuição Social		28	-
Imposto de Renda		53	-
(=) Resultado líquido do exercício		5.527	3.268

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ
CNPJ 82.574.864/0001-81

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Lucros Reserva para Contingências	Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
					Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Ampl. e Melhoria		
Saldo em 31/12/2019	430	4	4.208	948	3.979	1.634	24.690	3.499	39.392
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	389	-	-	-	-	-	-	-	389
Destinação do Resultado - AGO									
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	-	727	727
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	-
Reversão de Reservas	-	-	765	-	375	-	-	765	375
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.268	3.268
- Destinações Estatutárias	-	-	-	-	478	239	2.867	3.584	-
Saldo em 31/12/2020	819	4	3.443	948	4.082	1.873	30.557	221	41.947
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	21	-	-	-	-	-	-	-	21
Destinação do Resultado - AGO									
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	-	200	200
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	-	20	20	-
Reversão de Reservas	-	-	818	-	-	316	1.155	2.289	-
Transferências	-	-	-	-	85	43	720	848	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.527	5.527
- Destinações Estatutárias	-	-	-	-	597	570	3.583	4.750	-
Saldo em 31/12/2021	840	4	2.625	948	4.594	2.084	32.285	3.915	47.295

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CER EJ
CNPJ 82.574.864/0001-81
Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades Operacionais		
<u>Sobra Líquida do Exercício</u>	5.527	3.268
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	2.617	3.345
Depreciação e Amortização	2.181	2.099
Baixas do Imobilizado	1.334	827
Provisões no Exigível a Longo Prazo	-	419
<u>Variações no Ativo</u>	- 1.691	- 1.603
Consumidores	-	969
Serviços em Curso	-	27
Tributos Compensáveis	-	403
Depósitos Judiciais e Cauções	5	9
Almoxarifado Operacional	-	29
Ativos Regulatórios	-	185
Despesas Pagas Antecipadamente	1	6
Outros Realizáveis	177	357
<u>Variações no Passivo</u>	4.875	2.929
Fornecedores	2.502	182
Obrigações Sociais e Trabalhistas	21	44
Tributos	66	74
Encargos Setoriais	-	386
Passivos Regulatórios	805	843
Obrigações com Associados	-	282
Obrigações Vinculadas a Concessão	1.141	221
Outros Passivos	1.389	1.497
<u>Total das Atividades Operacionais</u>	11.328	7.939
Atividades de Investimento		
Aplicações no Imobilizado	-	7.152
Aplicações no Intangível	-	-
<u>Total das Atividades de Investimento</u>	- 9.648	- 7.152
Atividades de Financiamento		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	95	28
Aumentos de Capital	21	389
Distribuição de Sobras	-	727
Reversão de Reservas	-	375
<u>Total das Atividades de Financiamento</u>	- 84	- 741
Total dos Efeitos no Caixa	1.596	46
Saldo Inicial de Caixa	1.958	1.912
Saldo Final de Caixa	3.554	1.958
<u>Varição no Caixa</u>	1.596	46

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CEREJ é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Permissão.

De acordo com o Contrato de Permissão de Distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa.

A outorgada está autorizada a requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da CEREJ. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis, para fins Regulatórios, especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras, distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podem não representar adequadamente o desempenho financeiro ou a posição financeira e patrimonial de uma Empresa, apresentando diferenças de valores pela aplicação de algumas normas contábeis societárias distintas das normas regulatórias. Estas divergências estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações e notas explicativas foram preparadas em Reais (R\$) e estão apresentadas com valores expressos em mil Reais. A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas neste relatório, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de março de 2012. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização).

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2. Imobilizado em curso: o custo compreende o preço dos itens adquiridos acrescido dos demais custos necessários a sua entrada em operação. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros

incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável, até o momento que antecede a entrada em funcionamento do ativo.

3.3. Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4. Obrigações especiais vinculadas à permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5. Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi realizada em 31 de março de 2012 e atualizada em 31 de março de 2013, com base em Laudo de Reavaliação, e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2012.

3.6. Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.7. Base de Consolidação - Não Aplicável

Do ponto de vista conceitual, as demonstrações individuais só deveriam ser divulgadas publicamente para o caso de entidades que não tivessem investimentos em controladas. No caso de existência desses

investimentos, as entidades deveriam divulgar somente as demonstrações consolidadas, conforme estabelecido nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A cooperativa não possui investimentos em controladas, havendo coincidência entre a estrutura e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS				Total 2021	Total 2020	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia														
Residencial	1.333	-	19	21	45	179	(246)	330	-	-	-	(38)	1.643	1.369
Industrial	126	-	-	2	3	22	(22)	210	-	-	-	-	341	263
Comercial	766	-	4	1	-	34	(34)	50	-	-	-	(7)	814	822
Rural	1.602	-	15	9	12	75	(75)	388	-	-	-	(18)	2.008	1.985
Poderes Públicos	22	-	1	2	3	5	(5)	1	-	-	-	(1)	28	16
Iluminação Pública	356	-	10	27	33	959	(958)	20	-	-	-	-	447	143
Serviço Público	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2
Serviço Taxado	2	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	1	-
Fornecimento Não Faturado	1.508	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.508	1.233
Outros	202	-	-	-	-	-	(24)	-	-	-	-	-	178	106
Total	5.922	-	49	62	96	1.274	(1.365)	999	-	-	-	(64)	6.973	5.939

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias e;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública, vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2021 não houve realização da provisão motivada pelo esgotamento das alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. IMOBILIZADO

5.1. A composição do imobilizado e suas movimentações é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	56.077	-	2.957	7.845	-	60.965	4.888	18.065	42.900	38.188	2.814	395	2.419
Máquinas e equipamentos	54.522	-	2.942	7.697	-	59.277	4.755	17.209	42.068	37.287	2.814	395	2.419
Veículos	1.527	-	-	148	-	1.675	148	844	831	885	-	-	-
Móveis e utensílios	28	-	15	-	-	13	15	12	1	16	-	-	-
Administração	1.157	-	1	143	-	1.299	142	500	799	684	-	-	-
Terrenos	533	-	-	120	-	653	120	-	653	533	-	-	-
Máquinas e equipamentos	296	-	1	23	-	318	22	248	70	61	-	-	-
Móveis e utensílios	328	-	-	-	-	328	-	252	76	90	-	-	-
Subtotal	57.234	-	2.958	7.988	-	62.264	5.030	18.565	43.699	38.872	2.814	395	2.419

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	2.568	7.686	15	7.416	-	2.823	255	-	2.823	2.568	287	-	287
Máquinas e equipamentos	854	2.003	2	2.338	-	517	337	-	517	854	287	-	287
Outros	1.714	5.683	13	5.078	-	2.306	592	-	2.306	1.714	-	-	-
Administração	-	1.628	-	572	-	1.056	1.056	-	1.056	-	-	-	-
Outros	-	1.628	-	572	-	1.056	1.056	-	1.056	-	-	-	-
Subtotal	2.568	9.314	15	7.988	-	3.879	1.311	-	3.879	2.568	287	-	287

Total do Ativo Imobilizado	59.802	9.314	2.973	-	-	66.143	6.341	18.565	47.578	41.440	3.101	395	2.706
-----------------------------------	---------------	--------------	--------------	----------	----------	---------------	--------------	---------------	---------------	---------------	--------------	------------	--------------

5.2. A composição dos saldos do ativo imobilizado é como segue:

	2021			2020	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço		62.264	- 18.565	43.699	38.872
Distribuição		60.966	- 18.065	42.901	38.189
Custo histórico	3,86	51.177	- 10.891	40.286	34.862
Reavaliação	2,20	9.789	- 7.174	2.615	3.327
Administração		1.298	- 500	798	683
Custo histórico	0,24	1.101	- 314	787	1.156
Reavaliação	0,69	197	- 186	11	473
Em curso		3.879	-	3.879	2.568

5.3. A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	43	-	-	-	-	43	-	-	42	1
Softwares	43	-	-	-	-	43	-	-	42	1
Subtotal	43	-	-	-	-	43	-	-	42	1
Total do Ativo Intangível	43	-	-	-	-	43	-	-	42	1

5.4. A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	54.522	5.895	- 1.140	-	9.770	59.277	4.755
Transformador de Distribuição	8.960	1.060	- 370	-	1.430	9.650	690
Medidor	2.200	370	- 130	-	50	2.440	240
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	29.532	1.335	- 130	-	2.760	30.737	1.205
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	4.090	3.130	-	-	100	7.220	3.130
Redes Alta Tensão (69 kV)	80	-	-	-	40	80	-
Demais Máquinas e Equipamentos	9.660	-	- 510	-	5.490	9.150	- 510
Obrigações Especiais do AIS Bruto	- 1.560	- 3.010	1.870	-	-	2.700	- 1.140
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P	- 1.560	- 3.010	1.870	-	-	2.700	- 1.140

5.5. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	120	120
Máquinas e Equipamentos	4.405	458	119	-	-	208	5.190
Outros	5	-	-	-	-	18	23
Total das Adições	4.410	458	119	-	-	346	5.333

5.6. Taxas de Depreciação do Ativo Imobilizado

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 2009, são as seguintes:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Barra de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador de Distribuição	4,00
Transformador de Medida	4,35
Administração Central	
Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 3052/21	208
2 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 4171/21	165
3 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 1253/21	163
4 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 1649/21	154
5 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 1105/21	153
6 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 9431/21	137
7 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 9888/21	121
8 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 1871/21	120
9 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 8774/21	97
10 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 3049/21	92

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 1547/21	128
2 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 4171/21	93
3 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 9431/21	80
4 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 8390/21	69
5 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 1105/21	62
6 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 1253/21	56
7 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 15470/21	55
8 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 1394/21	46
9 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 0208/21	43
10 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 0214/21	41

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CER EJ não apurou valores decorrentes de variação de custos da “Parcela A”.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

A movimentação das contas de demais ativos e passivos regulatórios é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	-	362	-	-	-	362	-	362	362	-
Neutralidade da Parcela A										
Saldo em Constituição	258	580	-	-	33	805	-	805	805	-
Saldo em Amortização	298	-	309	-	33	22	22	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	556	942	309	-	-	1.189	22	1.167	1.189	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	843	1.852	1.047	-	-	1.648	735	913	1.648	-
Neutralidade da Parcela A										
Saldo em Constituição	62	1.852	-	-	1.001	913	-	913	913	-
Saldo em Amortização	781	-	1.047	-	1.001	735	735	-	735	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	843	1.852	1.047	-	-	1.648	735	913	1.648	-

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos das obrigações referem-se à modalidade de Financiamentos Bancários, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de aquisição de veículos. As garantias estão representadas por avais dados pelos representantes da cooperativa.

Possui ainda obrigações na modalidade de Financiamentos contraídos para aquisição de bens da infraestrutura de distribuição de energia elétrica com recursos provenientes do RGR.

Saldos das obrigações:

	Taxa	Vigência	2021	2020
Circulante				
SICREDI - CCB Veículos	0,93% a.m.	25/07/2025	37	23
Recursos Provenientes do RGR	5,00% a.a.	-	6	5
			43	28
Não Circulante				
SICREDI - CCB Veículos	0,93% a.m.	25/07/2025	87	4
Recursos Provenientes do RGR	5,00% a.a.	-	-	3
			87	7

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A CER EJ não apurou imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultados regulatórios.

9. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

Tratam-se de ações nas quais a cooperativa figura como ré no âmbito cível, decorrentes das atividades operacionais, próprias de suas atividades.

O valor total da provisão para contingências, em 31 de dezembro, estava assim representado:

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2020	-	2.140	-	-	-	-	2.140
Baixas/reversão	-	(898)	-	-	-	-	(898)
Saldos em 31/12/2021	-	1.242	-	-	-	-	1.242

10. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a às Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		2.675	-	-	2.675
Participação da União, Estados e Municípios	3,79	211	-	-	211
Participação Financeira do Consumidor	3,02	2.221	-	-	2.221
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,82	157	-	-	157
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	3,49	86	-	-	86
Outros		138	-	-	138
Outros	-	138	-	-	138
(-) Amortização Acumulada - AIS		(346)	-	-	(346)
Participação da União, Estados e Municípios	-	(62)	-	-	(62)
Participação Financeira do Consumidor	-	(224)	-	-	(224)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(31)	-	-	(31)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	(29)	-	-	(29)
Outros		(48)	-	-	(48)
Outros	-	(48)	-	-	(48)
Total		2.419	-	-	2.419

10.1. A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transferecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em serviço	1.619	589	-	467	-	2.675	1.056	-	2.675	1.619
Participação da União, Estados e Municípios	211	-	-	-	-	211	-	-	211	211
Participação Financeira do Consumidor	1.165	589	-	467	-	2.221	1.056	-	2.221	1.165
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	157	-	-	-	-	157	-	-	157	157
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	86	-	-	-	-	86	-	-	86	86
Outros	138	-	-	-	-	138	-	-	138	138
Outros	138	-	-	-	-	138	-	-	138	138
(-) Amortização Acumulada - AIS	262	84	-	-	-	346	84	346	346	262
Participação da União, Estados e Municípios	54	8	-	-	-	62	8	62	62	54
Participação Financeira do Consumidor	157	67	-	-	-	224	67	224	224	157
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	25	6	-	-	-	31	6	31	31	25
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	26	3	-	-	-	29	3	29	29	26
Outros	43	5	-	-	-	48	5	48	48	43
Outros	43	5	-	-	-	48	5	48	48	43
Total	1.452	500	-	467	-	2.419	967	394	2.419	1.452

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transferecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em Curso	3	641	-	534	-	110	107	-	110	3
Participação Financeira do Consumidor	3	641	-	534	-	110	107	-	110	3
Outros	110	-	-	67	-	177	67	-	177	110
Outros	110	-	-	67	-	177	67	-	177	110
Total	113	641	-	467	-	287	174	-	287	113

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

11.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 840 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social estava representado por 819 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

11.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 16.427 associados em 31 de dezembro de 2021, no ano de 2020 eram 15.653 associados.

11.2. Natureza e Finalidade das Reservas

11.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

11.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

11.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

11.2.4. Reserva de Resultados a Realizar: é constituída de resultados não realizados originários do ajuste a valor justo de ativos, líquidos das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social.

11.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2021	2020
Resultado do Exercício	5.527	3.268
Destinações		
RATES	570	239
Reserva Legal	597	478
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	3.583	2.867
Outras Destinações	-	228
Soma das Destinações	4.750	3.812
Realização de Reservas		
RATES	359	-
Reserva Legal	85	-
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	1.876	-
Outros Resultados Abrangentes	818	765
Soma das Realizações de Reservas	3.138	765
Sobras a Disposição da AGO	3.915	221

12. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento - Faturado	14.742	14.160	51,21	49,72	11.445	5.540
Residencial	8.358	7.800	15,77	14,88	3.937	1.924
Industrial	55	58	1,28	1,31	341	180
Comercial	386	386	10,20	9,37	2.156	1.036
Rural	5.829	5.807	19,87	20,37	4.281	2.087
Poder público	93	88	0,25	0,18	64	24
Iluminação pública	15	15	3,77	3,58	653	286
Serviço público	6	6	0,07	0,03	13	3
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	14.742	14.160	-	-	26.426	24.755
Consumidores Cativos	14.742	14.160	-	-	26.426	24.755
(-) Transferências	-	-	-	-	-	(24)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	(24)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	275	80
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeir	-	-	-	-	592	(1.028)
Serviços Cobráveis e Outras Receitas	-	-	-	-	756	934
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	13.715	11.555
Total	14.742	14.160	51,21	49,72	53.209	41.812

13. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2021 e 2020, a CER EJ não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2021	2020
Pessoal	9.334	8.871
Remuneração	5.079	4.905
Encargos	2.354	2.266
Outros Benefícios - Corrente	1.369	1.239
Outros	532	461
Administradores	357	305
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	357	305
Total	9.691	9.176

15. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada de acordo com a contabilidade societária, tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

As taxas efetivas e nominais, utilizadas no cálculo das provisões para o imposto de renda e contribuição social, foram consideradas coincidentes.

16. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

16.1. Segmentos e Atividades de Negócios

A Cooperativa opera atividade de distribuição de energia elétrica exclusivamente, de modo que a Demonstração do Resultado do Exercício representa em todos os aspectos o resultado de seus negócios.

16.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

16.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

16.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Biguaçu, São José, Angelina, Santo Amaro da Imperatriz, Canelinha, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Rancho Queimado, Palhoça, São de Pedro de Alcantara, Tijucas, Aguas Mornas e Antônio Calos, todos no Estado de Santa Catarina.

16.3. Principais Clientes - As receitas/ingressos provenientes de um único cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2021 chegaram a perfazer um montante de R\$ 1.614 mil, representando 4,21% do total das receitas/ingressos da cooperativa.

17. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A Resolução Normativa ANEEL nº 704, de 28 de março de 2016, estabeleceu nova metodologia de cálculo para reajustes e revisões. Esta nova metodologia prevê alteração da cláusula décima quarta do contrato de permissão, por meio de um Novo Termo aditivo, o qual foi assinado pela CEREJ em 19 de agosto de 2016. A Resolução propôs também uma nova data para a revisão que passou a ser 30 de setembro de cada ano.

17.1. Reajuste Tarifário Anual

Em 30 de dezembro de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 28/2008 entre a União e a CEREJ por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica.

A Resolução Normativa 704, de 23 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1. A CER EJ optou por celebrar termo aditivo contratual e a adoção da metodologia do PRORET 8.4.

17.2. Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória (BRR) das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica é composta pelos valores dos seguintes itens:

- I – Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme caso específico);
- II – Almojarifado de Operação e;
- III – Obrigações especiais.

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da BRR no 1CRTP-P, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração será obtida a partir dos ativos em operação, determinada regulatoriamente, a partir das referências de preços adotadas pela ANEEL;
- b) Considera-se como data-base do laudo de ativos o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do 1CRTP-P;
- c) A data anterior será utilizada para valoração dos ativos a partir do banco de preços referenciais da ANEEL;
- d) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de ativos e a data da revisão tarifária e;
- e) Em relação ao almojarifado de operações, seu valor corresponderá ao percentual de 0,30% do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	62.821
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	3.101
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.664
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	58.056
(6) Depreciação Acumulada	18.565
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almojarifado em Operação	302
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	2.706
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	41.852
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,00
(18) Quota de Reintegração Regulatória	-
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	1.578

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 os valores da tabela acima passaram a ser estimados.

17.3. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	41.852
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	10.463
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	10.463
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	20.926
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	572
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	1.692
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	4.343
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	6.607

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 os valores da tabela acima passaram a ser estimados.

17.4. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 o valor da parcela B da tarifa da CEREJ passou a ser estabelecido com base em pleito formulado diretamente a ANEEL.

17.5. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada.

A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Processo tarifário	DRA (mil R\$)	DRP (mil R\$)	Variação	Participação no Processo Tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	3.312	3.549	7,14%	0,62%	7,67%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	100	105	5,58%	0,01%	0,23%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.838	2.973	4,78%	0,35%	6,43%
PROINFA	375	470	25,41%	0,25%	1,02%
ENERGIA COMPRADA	5.841	10.628	81,96%	12,49%	22,98%
Energia	5.841	10.628	81,96%	12,49%	22,98%
TRANSPORTE DE ENERGIA	6.029	6.030	0,02%	0,00%	13,04%
Uso do sistema de distribuição	6.029	6.030	0,02%	0,00%	13,04%
RECEITA ANUAL	38.340	46.243			
Total de Parcela A	15.182	20.207	33,10%	13,11%	43,70%
Total de Parcela B	23.158	26.036	12,43%	7,51%	56,30%
Variação econômica				20,61%	
COMPONENTES FINANCEIROS					
Repasse de PIS COFINS		633		1,65%	
Neutralidade Encargos Setoriais	-	215		-0,56%	
Compensação DIC FIC	-	555		-1,45%	
Subvenção CDE	-	16.233		-42,34%	
Total Financeiros	-	16.970		-44,26%	
Variação econômica e financeira				-23,65%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				31,44%	
Efeito da alteração dos descontos tarifários subsidiados pela CDE				0,00%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				7,79%	

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 os valores referentes a parcela B da tabela acima passaram a ser estimados

17.6. Resultado do Reajuste

As tarifas de aplicação da CEREJ, constantes da Resolução Homologatória nº 2.781, de 06 de outubro de 2020, ficaram, em média, reajustadas em 7,67%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Estão em vigor, no período de 30 de setembro de 2021 a 29 de setembro de 2022, as tarifas constantes das tabelas anexas à Resolução Homologatória - ANEEL nº 2.940 de 28 de setembro de 2021.

18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

ATIVO	Nota	2021			2020		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Ativo Circulante		14.810	-	14.810	11.509	-	11.509
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.554	-	3.554	1.958	-	1.958
Consumidores	18.1	6.973	-	6.973	5.939	-	5.939
Serviços em Curso		139	-	139	111	-	111
Tributos Compensáveis		988	-	988	823	-	823
Almoxarifado Operacional		302	-	302	279	-	279
Ativos Regulatórios	18.2	1.189	-	1.189	556	-	556
Despesas Pagas Antecipadamente		7	-	7	8	-	8
Outros Ativos Circulantes		1.658	-	1.658	1.835	-	1.835
Ativo Não Circulante		43.917	3.672	47.589	43.613	2.142	41.471
Tributos Compensáveis		-	-	-	9	-	9
Depósitos Judiciais e Cauções		4	-	4	9	-	9
Outros Ativos Não Circulantes	18.3	12.946	12.946	-	20.841	20.841	-
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		6	-	6	6	-	6
Imobilizado	18.4	-	47.578	47.578	-	41.440	41.440
Intangível	18.5	30.961	30.960	1	22.748	22.741	7
TOTAL DO ATIVO		58.727	3.672	62.399	55.122	2.142	52.980

PASSIVO	Nota	2021			2020		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Passivo Circulante		10.772	-	10.772	6.585	-	6.585
Fornecedores		3.227	-	3.227	725	-	725
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		43	-	43	28	-	28
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.460	-	1.460	1.440	-	1.440
Tributos		940	-	940	812	-	812
Encargos Setoriais		311	-	311	983	-	983
Passivos Regulatórios	18.2	1.648	-	1.648	843	-	843
Outros Passivos Circulantes		3.143	-	3.143	1.754	-	1.754
Passivo Não Circulante		2.182	2.150	4.332	5.280	832	4.448
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		87	-	87	7	-	7
Tributos		297	-	297	359	-	359
Provisão para Litígios		1.242	-	1.242	2.140	-	2.140
Tributos Diferidos		556	556	-	2.397	2.397	-
Obrigações com Associados		-	-	-	377	-	377
Obrigações vinculadas à concessão	18.6	-	2.706	2.706	-	1.565	1.565
TOTAL DO PASSIVO		12.954	2.150	15.104	11.865	832	11.033
Patrimônio Líquido	18.8	45.773	1.522	47.295	43.257	1.310	41.947
Capital Social		840	-	840	819	-	819
Reserva de Capital		4	-	4	4	-	4
Outros Resultados Abrangentes		-	2.625	2.625	-	3.443	3.443
Reservas de Lucros		2.027	1.079	948	4.727	3.779	948
Reserva de Sobras		39.738	775	38.963	36.512	-	36.512
Sobras à Disposição da Assembleia		3.164	751	3.915	1.195	974	221
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.727	3.672	62.399	55.122	2.142	52.980

	Nota	2021			2020		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita Operacional	18.7	60.926	- 7.717	53.209	49.193	- 7.381	41.812
Fornecimento de Energia Elétrica		11.720	-	11.720	5.596	-	5.596
Ativos e Passivos Regulatórios		592	-	592	1.028	-	1.028
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		26.426	-	26.426	24.755	-	24.755
Serviços Cobráveis		6	-	6	3	-	3
Doações, Contrib. Subvenções Vinc. ao Serv. Concedido		13.715	-	13.715	11.555	-	11.555
Receita de Construção		7.717	- 7.717	-	7.381	- 7.381	-
Outras Receitas Não Vinc. a Concessão Serv. de Energia		750	-	750	931	-	931
(-) Deduções da Receita Operacional		14.113	-	14.113	8.894	-	8.894
(-) Tributos sobre a Receita		7.505	-	7.505	6.018	-	6.018
ICMS		7.375	-	7.375	5.913	-	5.913
PIS-PASEP		16	-	16	19	-	19
COFINS		114	-	114	86	-	86
(-) Encargos do Consumidor		6.608	-	6.608	2.876	-	2.876
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		2.741	-	2.741	2.579	-	2.579
Taxa de Fiscalização Serv. Energia Elétrica - TFSEE		98	-	98	103	-	103
Outros encargos		3.769	-	3.769	194	-	194
(=) Receita Operacional Líquida		46.813	- 7.717	39.096	40.299	- 7.381	32.918
(-) Custos do Serviço de Energia Elétrica		14.670	-	14.670	12.655	-	12.655
Energia Elétrica Comprada para Revenda		10.147	-	10.147	7.714	-	7.714
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA		381	-	381	388	-	388
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		4.142	-	4.142	4.553	-	4.553
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		32.143	- 7.717	24.426	27.644	- 7.381	20.263
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		26.580	- 7.000	19.580	23.795	- 6.743	17.052
Pessoal e Administradores		9.691	-	9.691	9.176	-	9.176
Material		1.572	-	1.572	931	-	931
Serviços de Terceiros		3.632	-	3.632	2.381	-	2.381
Arrendamentos e Aluguéis		220	-	220	229	-	229
Seguros		39	-	39	46	-	46
Provisões		426	-	426	811	-	811
(-) Recuperação de Despesas		321	-	321	682	-	682
Tributos		67	-	67	68	-	68
Depreciação e Amortização		1.846	199	2.045	1.663	265	1.928
Custo de Construção		7.717	- 7.717	-	7.381	- 7.381	-
Outros Custos		2.001	-	2.001	1.106	-	1.106
Outras Despesas Não Vinc. ao Serviço de Energia Elétrica		542	518	1.060	685	373	1.058
(=) Resultado do Serviço		5.563	- 717	4.846	3.849	- 638	3.211
(+) Resultado Financeiro		- 1.710	948	- 762	- 1.379	1.322	- 57
Despesas Financeiras		645	-	645	495	-	495
Receitas Financeiras		- 2.355	948	- 1.407	- 1.874	1.322	- 552
(=) Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		7.273	- 1.665	5.608	5.228	- 1.960	3.268
CSLL		113	- 85	28	119	- 119	-
IRPJ		290	- 237	53	331	- 331	-
(=) Resultado Líquido do Exercício		6.870	- 1.343	5.527	4.778	- 1.510	3.268

18.1. Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos regulatórios

Não houve ajustes em ativos e passivos financeiros setoriais.

18.3. Outros ativos não circulantes - Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado. Os valores dos ajustes são reflexo do descrito na nota 18.4 abaixo.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Os valores dos ajustes são reflexo do descrito na nota 18.4 acima.

18.5.2. Depreciação

Os valores dos ajustes são reflexo do descrito na nota 18.4 acima.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Os ajustes são decorrentes da aplicação da Res. 396/2010, artigo 2º, inciso 4º, que estabelece a transferência do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica para o ativo intangível.

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01).

18.7.2. Ativo intangível

Os efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01) referem-se ao registro do custo da parcela recuperável no prazo da permissão.

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICTG 01 e CTG 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

A remuneração do ativo financeiro (resultado) refere-se ao ajuste a valor justo do custo mencionado na nota 18.7.3 acima.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os efeitos de imposto de renda e da contribuição social diferidos foram contabilizados tendo como base as alíquotas estimadas em 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2021		2020	
Saldos no Início do Exercício	45.773		43.257	
Efeito dos Ajustes Entre Contabilidade Societária Versus Regulatória	1.522	-	1.310	
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ITG 01)	-	1.079	-	3.779
Reavaliação Regulatória Compulsória		2.625		3.443
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia	-	24	-	974
Saldos no Fim do Exercício	47.295		41.947	

Os efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão são reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ITG 01).

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória referem-se ao efeito desta reavaliação no Patrimônio Líquido não reconhecido pelas normas da contabilidade adotadas no Brasil. A sua realização pela depreciação ou baixa reflete no resultado regulatório a disposição da assembleia geral.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2021	2020
Lucro (prejuízo) Líquido Conforme Contabilidade Societária	6.870	4.778
Efeito dos Ajustes Entre Contabilidade Societária Versus Regulatória	- 1.343	- 1.510
Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória	- 199	- 265
Anulação Não Operacional	- 518	- 373
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro da Concessão	- 948	- 1.322
Tributos sobre as Diferenças de Práticas Contábeis	322	450
Lucro (Prejuízo) Líquido Regulatório	5.527	3.268

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Anulação Não Operacional: refere-se aos efeitos das baixas de ativos imobilizados reavaliados compulsoriamente cuja mais valia não é reconhecida na contabilidade societária.

Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro da Concessão: refere-se aos efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão, reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ITG 01).

Tributos sobre as Diferenças de Práticas Contábeis: refere-se ao efeito tributário sobre as receitas decorrentes do ajuste a valor justo do ativo financeiro da concessão cuja tributação é estimada em 9% a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e de 25% a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

Biguaçu (SC), 31 de dezembro de 2021.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos.

Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Biguaçu – SC, 31 de dezembro de 2021

Outorgada: Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ (Contrato nº 28/2008)

EDSON FLORES DA
CUNHA:70743649915

Assinado de forma digital por
EDSON FLORES DA
CUNHA:70743649915
Dados: 2022.04.08 16:12:47 -03'00'

Edson Flores da Cunha
Presidente
CPF 707.436.499-15

RENANN LUIZ
KREUSCH:05435902916

Assinado de forma digital por RENANN
LUIZ KREUSCH:05435902916
Dados: 2022.04.08 16:10:36 -03'00'

Renann Luiz Kreusch
Contador
CPF 054.359.029-16
CRC/SC - 039369/O

EDSON FLORES DA
CUNHA:70743649
915

Assinado de forma digital por
EDSON FLORES DA
CUNHA:70743649915
Dados: 2022.04.08 16:14:32
-03'00'

Edson Flores da Cunha
Diretor Financeiro
CPF 707.436.499-15

**2.3 RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS
2021**

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos

Srs. Associados e Administradores da

**COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**
Biquaçu – SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, com data de 04 de março de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis Regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis Regulatórias, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 07 de abril de 2022.

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2022.04.08 10:29:33 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012